PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO

Dispensa de Licitação nº 015/2026 - Serviço de internet link dedicado

PROCESSO 2533/2026

509E785BAE829555

TIPO DE PROCESSO: Comunicados Internos

ASSUNTO: Comunicação Interna Prefeitura

ABERTURA: 02 de setembro de 2026 às 08:02

SIGNATÁRIO Rodrigo Ferreira dos Santos

Acesse o link abaixo para consultar o processo

https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/processos/509E785BAE829555

De: Gerência de Contratos e Convênios
Enviado por: Josiane Ribeiro da Silva (josiane.silva)
Para: Deloir José Morais (Interno), Gerência central de Aquisições (Organograma)
Data: 12 de março de 2026 às 13:13

Boa tarde,

No processo nº 2507/2026, tramitado no Flowdocs, ocorreu um equívoco no momento de salvar o documento. Em razão disso, no local onde deveria constar apenas a CI nº 13, acabou sendo inserido o texto da CI nº 12.

Dessa forma, será necessário o envio de um novo processo contendo corretamente somente a CI nº 13.

Peço desculpas pelo equívoco e agradeço a compreensão.

Anexo(s)
Comunicado Interno Nº 013.2026 Contrato x ADM-COMPRAS.pdf

COMUNICAÇÃO INTERNA - C.I

De: Departamento Fiscal de Contratos	**CI nº 013/2026**	**Data: 12/03/2026**
Para: Ao Departamento de Compras Ao Secretário Municipal de Administração – Sr. Deloir José de Morais		
Assunto: Prorrogação de prazo contratual e solicitação de abertura de novo processo licitatório.		

Informo que o **Contrato nº 151/2021**, que tem como objeto a **contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de internet por meio de link com acesso via fibra óptica, para atender a Secretaria Municipal de Administração**, encontra-se com vigência estabelecida pelo período de **06 (seis) meses**, compreendendo **28/04/2025 a 28/04/2026**.

Justificativa:

Considerando o prazo máximo de vigência contratual permitido pela legislação, informo que o referido contrato **poderá ser prorrogado apenas por mais 06 (seis) meses**, período necessário para completar o limite máximo de **60 (sessenta) meses de duração contratual**.

Dessa forma, visando garantir a continuidade DO SERVIÇO PRESTADO **do contrato pelo período de 06 (seis) meses**, tempo necessário para que seja providenciada a **abertura e conclusão de um novo processo licitatório**, garantindo a continuidade da prestação dos serviços de internet via fibra óptica para esta Secretaria.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

.

Atenciosamente

Josiane Ribeiro da Silva
Fiscal de Contratos

Processo 2533/2026. Assinado por 3 pessoas: JOSIANE RIBEIRO DA SILVA, LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/358C9CAABF0B48349A7FA6EBE77590A1

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Comunicado Interno Nº 013.2026 Contrato x ADM-COMPRAS.pdf (1/2) 3

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
358C9CAABF0B48349A7FA6EBE77590A1

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: JOSIANE RIBEIRO DA SILVA em 12/03/2026 13:11:19
  CPF:***.***-.111-87
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO em 12/03/2026 14:45:50
  CPF:***.***-.801-56
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 12/03/2026 15:06:06
  CPF:***.***-.289-72
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/358C9CAABF0B48349A7FA6EBE77590A1

De: Lharen S. Brandalize Pazinatto
Para: Gerência central de Aquisições (Organograma), Deloir José Morais (Interno)
Data: 10 de agosto de 2026 às 07:45

O processo 6591 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura foi apensado no processo 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura.

Processo apensado

De: Gerência de Contratos e Convênios
Enviado por: Josiane Ribeiro da Silva (josiane.silva)
Para: Gerência central de Aquisições (Organograma)
Data: 03 de julho de 2026 às 16:54

Boa tarde,

Encaminho a **Comunicação Interna nº 36/2026**, referente aos Contratos **nº 116/2021, nº 143/2021 e nº 192/2021**, celebrados com a empresa **AGILE SEGURANÇA ELETRÔNICA E INFORMÁTICA EIRELI**, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Considerando a proximidade do encerramento da vigência dos referidos contratos, solicita-se que sejam iniciados os procedimentos necessários à instauração de novo processo licitatório, visando assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

Atenciosamente,

Anexo(s)
Comunicado Interno Nº 036.2026 Contrato x Compras e ADM.pdf

COMUNICAÇÃO INTERNA - C.I

De: Departamento Fiscal de Contratos	**CI nº 036/2026**	**Data: 03/07/2026**
Para: Ao Departamento de Compras Ao Secretário Municipal de Administração – Sr. Deloir José de Morais		
Assunto: Solicitação de instauração de novo procedimento licitatório para contratação de serviços de fornecimento de internet.		

Prezados,

Considerando a proximidade do encerramento da vigência dos contratos administrativos celebrados com a empresa **AGILE SEGURANÇA ELETRÔNICA E INFORMÁTICA EIRELI**, cujo objeto consiste na prestação de serviços de fornecimento de internet por meio de fibra óptica, e considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos prestados às unidades atendidas, encaminhamos a presente comunicação para adoção das providências cabíveis.

Os contratos vigentes são os seguintes:

Contrato	Objeto	Vigência
143/2021	Fornecimento e instalação de internet tipo residencial por fibra óptica para o **Transbordo Municipal** da Secretaria Municipal de Agricultura	28/09/2021 a 28/09/2026
116/2021	Fornecimento de Internet Banda Larga por meio de Link com acesso via Fibra Óptica para a **Polícia Civil** – Outros Entes da Federação	01/09/2021 a 02/09/2026
192/2021	Fornecimento e instalação de internet tipo residencial por fibra óptica para o Destacamento da **Polícia Militar**	27/12/2021 a 26/12/2026

Todos os contratos foram formalizados com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, decorrentes de processos de dispensa de licitação.

Considerando que os referidos contratos atingirão o período de **60 (sessenta) meses de vigência**, recomenda-se que seja iniciado, desde já, novo procedimento

Assinado por 1 pessoa: JOSIANE RIBEIRO DA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BDF1D348C7124AAE8C9709EBAB61A578

licitatório destinado à contratação dos serviços, observando-se o planejamento das contratações previsto na Lei nº 14.133/2021.

A adoção antecipada das providências permitirá a conclusão do certame antes do encerramento dos contratos vigentes, garantindo a continuidade dos serviços de acesso à internet, essenciais ao funcionamento das unidades administrativas e aos órgãos de segurança pública instalados no Município, evitando eventual descontinuidade da prestação do serviço.

Diante do exposto, encaminhamos a presente Comunicação Interna para conhecimento e para que sejam adotadas as medidas necessárias visando à elaboração do novo processo licitatório.

Atenciosamente,

Campos de Júlio – MT, 03 de julho de 2026

Josiane Ribeiro da Silva
Fiscal de Contratos
Portaria 370 de 01/07/2025

Assinado por 1 pessoa: JOSIANE RIBEIRO DA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BDF1D348C7124AAE8C9709EBAB61A578

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
BDF1D348C7124AAE8C9709EBAB61A578

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JOSIANE RIBEIRO DA SILVA em 03/07/2026 16:53:47
CPF:***.***-.111-87
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BDF1D348C7124AAE8C9709EBAB61A578

De: Lharen S. Brandalize Pazinatto
Para: Gerência central de Aquisições (Organograma), Gerência de Contratos e Convênios (Organograma), Deloir José Morais (Interno)
Data: 10 de agosto de 2026 às 07:45

O processo 6591 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura foi apensado no processo 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura.

Processo apensado

De: Gerência central de Aquisições

Enviado por: Lharen S. Brandalize Pazinatto (lharen.pazinatto)

Deferido

Para: Marcia Soares de Freitas (Interno)

Data: 24 de agosto de 2026 às 14:40

Segue para andamento

De: Marcia Soares de Freitas

Deferido

Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)

Data: 24 de agosto de 2026 às 15:16

Segue o processo de SERVIÇOS DE INTERNET - Contratação direta

Anexo(s)

1 - ETP SERVIÇOS DE INTERNET.pdf
2 - TR SERVIÇOS DE INTERNET.pdf
3 - JUSTIFICATIVA RITO COMUM.pdf
4 - SOL 426-26 - ADM.pdf
5 - RESULTADO DA COTAÇÃO 426-26.pdf
6 - ORCAMENTO NET WAY.pdf
6 - REF PREÇO SERVÇO DE INTERNET.pdf
7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TELETURBO.pdf
7 - ALVARA.pdf
7 - ANATEL ATO Nº 6779 - TELETURBO.pdf
7 - CARTAO CNPJ.pdf
7 - CERTIDAO CFT 31-03-2027.pdf
7 - CERTIDAO ESTADUAL VALI 02-10-26.pdf
7 - CERTIDAO FEDERAL VAL 10-02-27.pdf
7 - CERTIDAO FGTS VAL 02-09-26.pdf
7 - CERTIDÃO JUDICIAL.pdf
7 - CERTIDÃO MINISTERIO DO TRABALHO.pdf
7 - CERTIDAO MUNICIPAL CUIABA VAL 02-10-26.pdf
7 - CERTIDAO TRABALHISTA 10-02-27.pdf
7 - CNH Sócio Ademir.pdf
7 - CNH Sócio Taynara.pdf
7 - CONSULTA CONSOLIDADA PJ.pdf
7 - CONTROLADORIA GERAL UNIAO.pdf
7 - EMPRESA INIDONEA TCE-MT.pdf
7 - FALENCIA E CONCORDATA.pdf
7 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.pdf
7 - REQUERIMENTO DE ADITAMENTO CONTRATUAL E NOTIFICAÇÃO DE SUB-ROGAÇÃO.pdf
7 - SANÇÕES GOVERNO FEDERAL.pdf

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de link de internet dedicado de 2 Gbps (2.000 Mbps), simétrico, com garantia de 100% da banda contratada, bloco IPv4 público /28, entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior, SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%, monitoramento e suporte técnico 24x7, incluindo manutenção dos circuitos ativos e transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN) de 53 enlaces**,, incluindo manutenção dos circuitos ativos, monitoramento e suporte técnico, pelo período de 12 meses para atender as demandas das Secretarias Municipais.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Administração Municipal necessita assegurar conectividade contínua, estável e adequada para o funcionamento dos sistemas corporativos, serviços digitais, comunicação entre unidades, acesso a plataformas governamentais, serviços em nuvem, videoconferências, transmissão de dados e demais atividades administrativas que dependem de acesso à internet

2.2. O contrato atualmente utilizado para atendimento da necessidade não comporta nova prorrogação. Dessa forma, torna-se necessária a realização de nova contratação, evitando a interrupção de serviço essencial ao funcionamento das atividades administrativas

2.3. A necessidade decorre, portanto, da continuidade de serviço essencial à comunicação de dados do Município.

3. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. Após a realização deste estudo, verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros **específicos** para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato.

3.2. O Município de Campos de Júlio – MT conta atualmente com uma empresa especializada contratada para a prestação de serviços de suporte e gestão de Tecnologia da Informação (TI). Portanto, essa estrutura técnica já existente apoiará o fiscal do contrato nas análises estritamente técnicas.

3.3. A fiscalização da execução contratual será exercida pela servidora **Josiane Ribeiro da Silva**, designada pela Portaria nº 370, de 01 de julho de 2025, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, comunicando à contratadas eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis. Embora não se exija formação acadêmica específica em TI desta servidora, ela utilizará o suporte da empresa de TI terceirizada do município para avaliar e atestar os seguintes parâmetros técnicos:

- Desempenho do Link: Relatórios gerados pela equipe de suporte de TI que comprovem a entrega da banda simétrica de 2 Gbps.
- Cumprimento do SLA (*Service Level Agreement*): Auditoria conjunta dos relatórios de disponibilidade e dos prazos de atendimento a chamados técnicos em caso de quedas
- Conformidade dos Equipamentos: Validação do funcionamento e instalação dos ativos de rede (roteadores/modems) fornecidos pela contratada

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 1 - ETP SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (1/11) 13/170

3.4. Ressalta-se que a responsabilidade final pela gestão, fiscalização e ateste das notas fiscais permanecerá indelegável e restrita ao servidor público designado, atuando a empresa de TI do município apenas como órgão consultivo e de apoio operacional.

4. ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

4.1 A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anuais (PCA) do exercício vigente em razão de a necessidade ter sido identificada após a elaboração e consolidação do referido planejamento.

4.2. Diante do cenário de essencialidade do serviço de internet para o funcionamento de toda a máquina pública municipal, a ausência de contratação ensejaria prejuízo direto ao atendimento ao cidadão. Portanto, amparado no princípio da continuidade do serviço público, valida-se a tramitação deste processo de forma excepcional e extra-PCA, com a devida posterior comunicação ao setor de planejamento para fins de registro e controle.

4.3. Dessa forma, a ausência da presente contratação no Plano Anual de Contratações não afasta sua necessidade e interesse público, estando a Administração devidamente motivada quanto à realização da despesa, observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. Considerando a estimativa das quantidades os resultados da pesquisa de preços de mercado, o custo total da contratação foi estimado da seguinte forma:

Item	Cód. Sistema e Cód. TCE	Descrição	UN	Quant. Anual	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	048.005.001 000899170	Prestação de serviço de acesso e utilização de internet por meio de assinatura mensal de link de internet dedicado, com velocidade de 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos (download e upload idênticos). O serviço deve incluir o fornecimento de IP público fixo, garantia de 100% da banda contratada e índice de disponibilidade mínima (SLA) de 99,9%.	MÊS	12	5.416,66	64.999,92

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

Item	Cód. Sistema e Cód. TCE	Descrição	UN	Quant. Anual	Valor Unitário R$	Valor Total R$
		Inclui monitoramento ativo e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7). A entrega do link deverá ocorrer em interface física Ethernet 10GbE ou superior. Estão inclusos no escopo do serviço a disponibilização e manutenção de todos os equipamentos necessários à perfeita conectividade (comodato), quando aplicável, sem custos adicionais de instalação ou locação.				

5.2. Assim, o valor estimado para a contratação é de R$ 64.999,92 (**Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavo**)

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

6.1. O Artigo 18, § 1º, inciso V da Lei 14.133/2021 exige exatamente o *"levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha da solução contratada*.

Durante o levantamento, foram analisadas as seguintes soluções:

a) Pregão Eletrônico: Esta modalidade é de uso obrigatório para bens e serviços comuns sempre que o valor global estimado supera o teto legal da dispensa de licitação. Contudo, sua adoção para este caso específico impõe um alto custo administrativo oculto, devido à complexidade na confecção do edital e ao expressivo empenho da equipe de contratações. Além disso, há o risco real de uma nova empresa vencer o certame e repassar à Prefeitura gastos adicionais com infraestrutura e instalação física, como a passagem e fusão de uma nova rede de fibra óptica. Portanto, o Pregão Eletrônico mostra-se inadequado, pois os custos de transição e o esforço administrativo superam os potenciais benefícios econômicos de uma disputa aberta.

b) **Dispensa Eletrônica com Disputa (Cotação Eletrônica):** Trata-se de um procedimento opcional permitido para contratações cujos valores se enquadrem nos limites do Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021. Por ser um ambiente aberto a lances de fornecedores de qualquer localidade, existe a

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

possibilidade de consagração de uma empresa sem infraestrutura local pronta na cidade. Isso exigiria a execução de obras de ativação de rede, expondo a Prefeitura ao risco de semanas de desconexão total de seus órgãos e sistemas essenciais. Desse modo, o modelo com disputa é considerado **desfavorável**, uma vez que rompe a continuidade do serviço público sem apresentar uma garantia real de economicidade global**.**

c) **Dispensa de Licitação sem Disputa (Manutenção do Atual Fornecedor):** Esta via é legalmente permitida e viável desde que o valor total estimado para os 12 meses de contrato permaneça abaixo do limite legal atualizado. Sob o aspecto operacional, esta opção assegura custo de transição zero, visto que aproveita integralmente a infraestrutura física de fibra óptica que já se encontra instalada e em pleno funcionamento nas dependências públicas. O rito administrativo é simplificado, ágil e focado na eficiência. Diante disso, a contratação direta por dispensa sem disputa consolida-se como **a escolha ideal**, pois garante o menor custo global real para o erário e preserva a estabilidade das atividades municipais de forma imediata.

6.2. Diante do exposto, o presente levantamento de mercado demonstra, de forma inequívoca, que a realização de um procedimento competitivo tradicional geraria uma falsa economia para o município. A vantajosidade da manutenção do prestador atual resta comprovada pelo Relatório de Cotação nº 8607 encartado aos autos, onde a média de mercado para o fornecimento de um link simples de apenas 1 Gbps atinge o patamar de R$ 6.270,83. A solução atual, além de garantir custo de transição zero, oferece o dobro da capacidade tecnológica (2 Gbps) e a interconexão completa de 53 enlaces ativos pelo valor mensal de R$ 5.416,66, revelando-se expressivamente abaixo dos padrões de mercado consultados.

6.3. A manutenção da empresa atual, por meio de **Dispensa de Licitação Direta (sem disputa)** fundamentada no **Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, apresenta-se como a única solução que concilia o princípio da modicidade de custos com a eficiência administrativa, garantindo transição zero e continuidade dos serviços

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solucao consiste na contratação de circuito dedicado de internet com capacidade de 2 Gbps, com os níveis de disponibilidade, suporte e endereçamento necessários ao ambiente tecnológico municipal. A solução atende à necessidade de continuidade e qualidade do serviço.

7.2. A contratação será realizada por meio de **Dispensa de Licitação (Sem Disputa)**, fundamentada no **Art. 75 da Lei nº 14.133/2021**. A escolha deste procedimento justifica-se formalmente pela necessidade imperiosa de **garantir a continuidade do serviço público essencial** de telecomunicações e dados, visto que o prestador atual já atende ao Município. Essa medida assegura a **regularidade operacional** da administração pública ao afastar os riscos de interrupção na comunicação entre as secretarias, além de eliminar custos adicionais e desperdícios com a reimplantação de novas infraestruturas físicas e configurações lógicas de rede.

8. CONTRATAÇOES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 1 - ETP SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (4/11) 16/170

8.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Não há necessidade de adequação de ambiente para execução dos serviços.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Manter a continuidade do acesso à internet utilizado pelos órgãos municipais.

10.2. Assegurar capacidade suficiente para os sistemas e serviços digitais.

10.3. Reduzir indisponibilidades e interrupções de conectividade.

10.4. Garantir suporte técnico e atendimento contínuo.

10.5. Garantir disponibilidade mínima de 99,9%.

10.6. Assegurar suporte técnico 24x7.

10.7. Evitar interrupções dos sistemas e serviços dependentes da conectividade

10.8. Garantir capacidade de transmissão adequada às necessidades atuais do Município

10.9. Assegurar continuidade sem necessidade de alteração imediata da solução, quando tecnicamente adequada

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

11.1. Por se tratar de prestação de serviços continuados de telecomunicações que utilizam infraestrutura de rede e enlaces ópticos já implantados e ativos, o objeto desta contratação gera baixo impacto ambiental, dispensando intervenções civis agressivas no ecossistema local.

11.2 Geração de Resíduos Eletroeletrônicos (E-lixo)

- **Impacto:** Eventual substituição, manutenção ou obsolescência de ativos de rede (roteadores, conversores de mídia, modems) em regime de comodato.
- **Medida Mitigadora:** A Contratada será integralmente responsável pelo recolhimento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de quaisquer equipamentos ou componentes eletrônicos substituídos, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.3. Eficiência Energética:

- **Impacto:** Consumo de energia elétrica pelos equipamentos de transmissão de dados instalados na unidade central e nas 53 unidades.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

- **Medida Mitigadora:** A Contratada deverá fornecer e manter equipamentos que possuam certificações de eficiência energética e baixa emissão de calor, minimizando a pegada de carbono e o consumo elétrico nos prédios públicos.

12. DOS REQUISITOS E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços deverá ser contínua, iniciando-se imediatamente no primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato ou à emissão da Ordem de Serviço, de modo a **não haver qualquer interrupção** ou transição no fornecimento de dados e internet da Administração Municipal.

12.2. Todos os materiais e equipamentos necessários para a entrega e o pleno funcionamento da solução (tais como roteadores, switches, conversores de mídia e GBICs) serão fornecidos pela Contratada em regime de **comodato**, sem qualquer ônus de aquisição ou locação para o Município.

12.3. O recebimento dos serviços ocorrerá mensalmente por meio de relatórios de disponibilidade de rede (SLA) emitidos pela Contratada e validados pelo Fiscal do Contrato.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso

13.2. Após análise das características do objeto, conclui-se **não parcelamento.** O objeto desta contratação compreende uma solução de telecomunicações integrada e interdependente, composta pelo fornecimento de Link de Internet Dedicada e pelo Transporte de Dados em Camada 2 (LAN-to-LAN) para 53 enlaces ativos. O parcelamento do objeto entre fornecedores distintos inviabilizaria a gerência técnica da rede, uma vez que o tráfego de dados de todas as unidades remotas converge para a unidade central e depende diretamente do mesmo gateway para acesso à internet.

14. ANALISE DE RISCOS

14.1. Neste ponto mapearemos os riscos envolvidos na contratação, bem como em caso de sua inexecução, conforme previsão do art. 18 inciso X da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O mapeamento permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da aquisição. Para cada risco identificado, define-se:

14.3. A probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis pela ação.

14.4. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

Identificação do Risco	Probabilidade	Impacto	Ação Preventiva	Ação de Contingência

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

Indisponibilidade ou interrupção do link de internet dedicado.	Média	Alta	Estabelecer no Termo de Referência níveis mínimos de disponibilidade, prazo para atendimento e restabelecimento, bem como indicadores de qualidade e SLA. Exigir monitoramento contínuo do circuito pela contratada.	Acionamento imediato da contratada para restabelecimento do serviço; registro da ocorrência; aplicação das medidas previstas contratualmente em caso de descumprimento dos níveis de serviço
Entrega do serviço com velocidade inferior aos 2 Gbps contratados	Baixa	Alta	Definir claramente a capacidade mínima de **2 Gbps (2.000 Mbps)**, critérios de medição e testes de aceite, com acompanhamento pela fiscalização.	Solicitar correção imediata; realizar novos testes de desempenho; registrar a ocorrência e adotar as medidas contratuais cabíveis caso a irregularidade persista.
Falhas ou instabilidade no transporte de dados em Camada 2 (LAN-to-LAN)	Média	Alta	Especificar tecnicamente os requisitos da solução, incluindo características do circuito, disponibilidade, latência, perda de pacotes e demais parâmetros necessários ao funcionamento da rede.	Acionar suporte técnico especializado para diagnóstico e correção; realizar testes de conectividade entre os pontos; exigir restabelecimento dentro do prazo estabelecido no SLA.
Demora no atendimento de chamados técnicos	Media	Média	Estabelecer canais de atendimento, prazos máximos para resposta e solução, classificação de criticidade e disponibilidade do suporte técnico.	Escalonamento do chamado para nível superior da contratada e adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis em caso de descumprimento reiterado

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

Falhas nos equipamentos utilizados para prestação do serviço	Média	Alta	Exigir que os equipamentos necessários à conexão e prestação do serviço sejam mantidos em condições adequadas de funcionamento pela contratada, com manutenção preventiva e corretiva	Substituição ou reparo imediato do equipamento defeituoso, sem prejuízo da continuidade do serviço e das responsabilidades contratuais da empresa.
Rompimento ou dano à infraestrutura física de telecomunicações	Media	Alta	Exigir da contratada manutenção preventiva da infraestrutura e monitoramento do circuito, além de estabelecer prazo para recuperação do serviço em caso de rompimento.	Acionamento emergencial da equipe técnica para reparo ou substituição do trecho danificado e restabelecimento do serviço no menor prazo possível.
Interrupção do serviço durante manutenção programada.	Baixa	Média	Exigir que manutenções programadas sejam previamente comunicadas à Administração, preferencialmente realizadas em horários de menor impacto às atividades municipais.	Acionamento da contratada para restabelecimento do serviço e, quando necessário, reprogramação da manutenção para período adequado
Ausência ou insuficiência de monitoramento do circuito	Baixa	Media	Prever monitoramento contínuo do link e disponibilização de informações necessárias à fiscalização quanto à disponibilidade e desempenho do serviço	Solicitar relatórios técnicos e correção da falha de monitoramento; registrar a ocorrência para fins de acompanhamento da execução contratual.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

Descumprimento dos níveis de disponibilidade e qualidade contratados	Média	Alta	Estabelecer indicadores objetivos de desempenho, disponibilidade, tempo de atendimento e solução, bem como critérios para fiscalização e medição dos serviços.	Notificar a contratada, exigir plano de correção e, em caso de persistência, aplicar as medidas previstas no contrato, inclusive sanções quando cabíveis.
incompatibilidade técnica entre a solução fornecida e a infraestrutura de rede do Município	Baixa	Alta	Realizar levantamento prévio da infraestrutura existente e definir no Termo de Referência os requisitos técnicos e de compatibilidade necessários à implantação do serviço.	Exigir adequação da solução pela contratada, dentro das obrigações previstas, ou substituição dos equipamentos/elementos incompatíveis
Falhas de comunicação ou desalinhamento na abertura de chamados técnicos	Média	Média	Definir formalmente responsáveis técnicos, canais de comunicação, procedimento para abertura de chamados e fluxo de acompanhamento das ocorrências.	Acionar os responsáveis superiores da empresa e formalizar as ocorrências por meio dos canais oficiais da Administração.
Encerramento do contrato sem continuidade imediata do serviço	Baixa	Alta	Planejar antecipadamente a nova contratação ou eventual prorrogação, quando juridicamente cabível, evitando a proximidade do término contratual sem providências para continuidade.	Adotar medidas administrativas para conclusão tempestiva da nova contratação e, se juridicamente possível, utilizar os mecanismos legais adequados para evitar a interrupção do serviço essencial.
alha na fiscalização e medição dos serviços efetivamente prestados	Média	Alta	Designar formalmente gestor e fiscais, estabelecer critérios	Realizar conferência documental e técnica dos serviços, solicitar

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

			objetivos de medição e exigir registros de disponibilidade, chamados e ocorrências.	informações complementares à contratada e corrigir a medição antes do pagamento, quando necessário.
Dependência de uma única conexão para acesso à internet e comunicação de dados	Média	Alta	Avaliar, na fase de planejamento, a necessidade de mecanismos de redundância ou solução alternativa compatível com a infraestrutura e a criticidade dos serviços municipais.	Acionar eventual conexão ou solução alternativa disponível e priorizar o restabelecimento do circuito principal.
Falhas de segurança ou exposição indevida decorrentes da prestação do serviço de conectividade	Baixa	Alta	Estabelecer requisitos de segurança, controle de acesso aos equipamentos e responsabilidades da contratada, além de manter os equipamentos e configurações devidamente protegidos.	Isolar o elemento afetado, acionar a equipe técnica, alterar credenciais/configurações comprometidas e adotar medidas de recuperação e segurança necessárias.

15. CONCLUSÃO:

15.1. Os riscos identificados são considerados **administráveis** e podem ser mitigados mediante planejamento adequado, elaboração de especificações técnicas claras, fiscalização efetiva da execução contratual e aplicação das medidas preventivas e corretivas previstas na Lei nº 14.133/2021. Assim, conclui-se que a contratação apresenta **baixo nível de risco residual**, sendo plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

Campos de Júlio – MT, 12 de agosto de 2026

Deloir José de Morais

Secretário Municipal de Administração

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 24/08/2026 15:49:54
CPF:***.***-.289-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/32BAEA659DC44045B90B098A3A8E48A0

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA LICITATÓRIA PELA MODALIDADE DE RITO COMUM

(Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021)

Nº Solicitação: 426/**2026**

Nº da Cotação: 426/**2026**

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de link de internet dedicado de 2 Gbps (2.000 Mbps), simétrico, com garantia de 100% da banda contratada, bloco IPv4 público /28, entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior, SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%, monitoramento e suporte técnico 24x7, incluindo manutenção dos circuitos ativos e transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN) de 53 enlaces**, pelo período de 12 meses, para suprir as demandas de conectividade do Município de Campos de Júlio/MT

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a infraestrutura de comunicação de dados, tráfego de redes e conectividade global da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, em conformidade com as diretrizes de eficiência, modernização e continuidade dos serviços públicos digitais oferecidos à população

2.2. A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT possui secretarias e unidades administrativas distribuídas geograficamente, desempenhando atividades que demandam acesso contínuo a sistemas centralizados, tornando indispensável a implementação de transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN) para a interligação estável e segura de 53 enlaces ativos de rede.

2.3. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em telecomunicações para fornecer link dedicado simétrico e suporte técnico corporativo permanente (24x7x365), objetivando mitigar riscos de interrupções operacionais e garantir o fluxo de dados em alta velocidade entre os órgãos municipais.

2.4. Considerando que o Município não dispõe, em seu quadro permanente de pessoal, de infraestrutura própria de fibra óptica metropolitana e profissionais técnicos em quantidade suficiente para manter circuitos de dados desse porte, mostra-se indispensável a contratação de empresa especializada, dotada de equipe técnica habilitada perante a ANATEL para prestar assessoramento contínuo durante toda a vigência contratual.

2.5. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, prevenção, continuidade dos serviços públicos e proteção da integridade dos dados municipais.

2.6. Registra-se que a empresa razão social: **NET WAY MATOGROSSO LTDA,** nome fantasia **NET WAY CUIABA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.909.379/0001-10, assumiu a responsabilidade pelos serviços de conectividade anteriormente fornecidos pela **Ágile Telecom LTDA (CNPJ: 22.845.900/0001-72)** devido a um processo de aquisição e unificação de operação ocorrido no final de 2024. Desde então, a referida empresa mantém a prestação dos serviços ao Município com estrita regularidade, estabilidade e

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 2 - TR SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (1/19) 24/170

sem interrupções técnicas, o que justifica a manutenção da parceria técnica e a economicidade de se utilizar a infraestrutura física e de rede já implantada nos 53 enlaces.

3 – ÓRGÃO(S) REQUERENTE(S):

a) Secretaria Municipal de Administração.

4 – INFORMAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – Descrição da categoria do investimento:

( ) Aquisição de bens
(**x**) Serviços gerais
( ) Serviços comum de engenharia
( ) Outras formas de contratação

4.2 – Critério de Julgamento:

( ) Menor preço por item;
( ) Maior Percentual de desconto;
( ) Menor preço por lote;
(**x**) Menor valor global ou lote único;
( ) Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico;
( ) Técnica e Preço;
( ) Maior Retorno Econômico;
( ) Maior Lance.

4.3 – Modalidade ou Procedimento:

( ) Pregão Eletrônico Tradicional;
( ) Pregão Eletrônico SRP;
( ) Concorrência Tradicional;
( ) Concorrência SRP;
( ) Concorrência Eletrônica;
( ) Leilão;
( ) Concurso;
( ) Diálogo Competitivo
(**x**) Dispensa Licitatória pela Modalidade de Rito Comum – Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
( ) Dispensa Eletrônica – Art. 75, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021.
( ) Dispensa Sumária – Art. 75, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021.
( ) Dispensa Ordinária – Art. 75, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021.
( ) Inexigibilidade – Art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

5 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS:

5.1 – Contratação de empresa especializada em telecomunicação para a prestação de serviços continuados de dados e internet para o município de Campos de Júlio/MT, nos termos da tabela abaixo:

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

Item	Cód. Sist. Cód. TCE/MT	Descrição	Un	Qtd.	Valor Unitário R$	Valor Total R$
01	048.005.001 000899170	Prestação de serviço de acesso e utilização de internet por meio de assinatura mensal de link de internet dedicado, com velocidade de 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos (download e upload idênticos). O serviço deve incluir o fornecimento de IP público fixo, garantia de 100% da banda contratada e índice de disponibilidade mínima (SLA) de 99,9%. Inclui monitoramento ativo e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7). A entrega do link deverá ocorrer em interface física Ethernet 10GbE ou superior. Estão inclusos no escopo do serviço a disponibilização e manutenção de todos os equipamentos necessários à perfeita conectividade (comodato), quando aplicável, sem custos adicionais de instalação ou locação.	mês	12	5.416,66	64.999,92

6. DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão serão executados de acordo com as especificações deste Termo de Referência, observando as normas técnicas e regulamentações vigentes da ANATEL

6.2. Prazo de Início da Execução: Por se tratar de serviços continuados já implantados e em plena operação na estrutura municipal, a assunção contratual e a contagem dos atos de faturamento e suporte sob a égide deste instrumento terão início imediato a partir da assinatura do contrato ou emissão da Autorização de Fornecimento, garantindo-se a total continuidade dos circuitos ativos, sem qualquer interrupção técnica ou necessidade de reativação física de rede.

6.3. Local de Prestação dos Serviços: O link principal permanece entregue na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT e os 53 enlaces distribuídos nas demais unidades administrativas vinculadas ao Município, conforme infraestrutura física já existente. O suporte, gerência e monitoramento técnico deverão ocorrer de forma remota 24 horas por dia.

6.4. Forma de Prestação dos Serviços: os serviços serão executados de forma contínua, ininterrupta (24x7x365), durante toda a vigência contratual.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

6.5. Vigência do Contrato: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço essencial e de caráter contínuo.

6.6. Fiscal do Contrato: A fiscalização da execução contratual será exercida pela servidora **Josiane Ribeiro da Silva**, designada pela Portaria nº 370, de 01 de julho de 2025, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, comunicando à contratadas eventuais irregularidades para adoção das providências cabíveis.

6.7. Responder às solicitações de suporte e reparo técnico de acordo com os parâmetros de Acordo de Nível de Serviço (SLA) de disponibilidade mínima de 99,9% estabelecidos neste Termo de Referência.

7 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

7.1 – A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada no subitem 4.3 e item 8, deste Termo de Referência.

7.2 – A contratação justifica-se pela impreterível necessidade de link corporativo dedicado e interligação LAN-to-LAN para assegurar o funcionamento dos sistemas, portais e bancos de dados oficiais do Município de Campos de Júlio/MT, minimizando interrupções e garantindo estabilidade tecnológica.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O SERVIÇO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

8.1 – Fornecimento integrado de Link Dedicado de Internet de 2 Gbps com tráfego simétrico de alta disponibilidade e rede de transporte em Camada 2 interligando 53 enlaces físicos da estrutura municipal, implementando uma solução de TI eficiente e em total conformidade com os padrões estabelecidos

8.2 – Verificou-se, outrossim, as possibilidades a seguir elencadas:

a) Contratação mediante procedimento licitatório tradicional: Embora juridicamente possível, esta alternativa mostra-se menos vantajosa para o interesse público no presente caso. A abertura de um processo licitatório amplo ou eletrônico com disputa poderia, eventualmente, selecionar outro fornecedor; contudo, a migração de operadora demandaria altos custos adicionais com taxas de instalação, lançamento de novas linhas de fibra óptica subterrâneas/aéreas e fornecimento de novos ativos de rede para reconfigurar individualmente cada um dos 53 enlaces municipais. Além do impacto financeiro desproporcional decorrente dessa nova implantação física, haveria um elevado risco de descontinuidade técnica e paralisia dos serviços públicos digitais durante o período de transição das redes. Portanto, a licitação tradicional mostra-se menos vantajosa para a Administração, diante dos custos e riscos associados à implantação de nova infraestrutura., da eficiência e da razoabilidade, visto que o valor estimado já se enquadra dentro do limite legal para contratação direta por dispensa previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

b) Contratação por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021: Esta alternativa mostra-se a mais adequada e vantajosa para a Administração, tendo em vista o enquadramento no limite legal. Proporciona celeridade, reduz custos processuais e assegura a imediata continuidade das redes

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

de comunicação municipais, sendo precedida de regular pesquisa de preços para seleção da proposta mais vantajosa.

9 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1 – Em razão da necessidade administrativa, foi solicitada a realização de procedimento de contratação direta por Dispensa Licitatória pela Modalidade de Rito Comum, pelo critério de julgamento do tipo menor valor global, para atender as Secretarias pertencentes ao Município de Campos de Júlio/MT

9.2 - Os serviços e a infraestrutura óptica deverão ser mantidos por profissionais legalmente habilitados junto aos conselhos profissionais da área técnica e telecomunicações, garantindo a idoneidade física dos circuitos.

9.3 A empresa deverá fornecer o serviço nas seguintes condições: garantir 100% da banda contratada de forma simétrica; realizar manutenções in loco nas 53 pontas operacionais sempre que necessário; disponibilizar suporte técnico ininterrupto e mitigar falhas técnicas de forma proativa

9.4. É de responsabilidade da Empresa: cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita prestação do serviço; entregar o serviço conforme especificações contratuais acompanhada da respectiva Nota Fiscal; manter todas as condições de habilitação; e responsabilizar-se pelas despesas de tributos, encargos trabalhistas, taxas e deslocamento de pessoal.

9.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, pela Modalidade de Rito Comum, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global.

9.6. Para participar deste procedimento, a interessada deverá apresentar proposta com valor unitário, valor total, datada e assinada pelo representante legal e enviada para a CONTRATANTE.

10 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS:

10.1 – Habilitação Jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

a.1) São considerados documento oficial de identidade as carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Policias Militares, pelos órgãos Fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, e Conselhos) Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe (OAB/ CRM/ CRP), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Carteiras expedidas por órgão público que por Lei Federal valem como identidade.

b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site do Portal do Empreendedor;

d) No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2 – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova da inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor/proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o serviço contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente na forma da Lei;

d.1) Atenham-se os fornecedores/proponentes que, para os Estados que ainda não emitem Certidão Unificada de regularidade fiscal, deverão ser apresentadas tanto a certidão expedida pela Secretaria de Fazenda quanto pela Procuradoria Geral do Estado, ou outros órgãos correlatos, que atestem a inexistência de créditos tributários ou não tributários inscritos ou não em Dívida Ativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente na forma da Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

g) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

h) Ato de Outorga/Autorização da ANATEL: Cópia do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM) válido, emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em nome da empresa contratada (matriz ou filial responsável pela execução).

i) Certidão de Regularidade Técnica (CRT): Certidão emitida pelo conselho de classe profissional competente — Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) ou Conselho Regional de Engenharia e

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 2 - TR SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (6/19) 29/170

Agronomia (CREA) —, demonstrando que a empresa possui profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico pelas atividades de telecomunicações

j) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao serviço contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10.3 – Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica e que esteja dentro do seu prazo de validade;

a.1) Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 90 (noventa) dias da data de abertura do procedimento de contratação direta, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

a.2) As certidões de falência e concordata/recuperação judiciais solicitadas perante o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, seja de forma presencial ou pelo site oficial, no campo tipos de parte, devem ser selecionada as opções AUTOR/MOVIDAS POR e RÉU/DESFAVOR.

a.3) Assim, a certidão emitida pelo TJMT que constar apenas a opção AUTOR/MOVIDAS POR ou apenas a opção RÉU/DESFAVOR não será suficiente para atestar a inexistência de ações de falência e concordata para cumprimento da lei de licitações.

a.4) Para os fornecedores/proponentes dos demais estados, deverão certificar-se de que as certidões expedidas em suas comarcas, mesmo que não contenham especificamente os termos acima, atestam a inexistência de ações de falência e concordata movidas pelo Autor ou em face do mesmo, uma vez que, diante de cada caso concreto, o Agente de Contratação/servidor competente poderá realizar diligências a fim de verificar o atendimento das informações mínimas necessárias para a certificação exigida pela Lei.

10.4 – Das demais disposições da habilitação do fornecedor/proponente

10.4.1 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

10.4.2 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4.3 – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

10.4.4 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10.4.5 – O serviço constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o serviço licitado.

10.4.6 – Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

10.4.7 – A documentação exigida no presente processo licitatório deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

10.4.8 – A aceitação dos documentos obtidos via "Internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela (o) Agente de Contratação.

10.4.9 – Os documentos de habilitação deverão ser anexados em campo específico pertinente a cada tipo de doc4umento. Caso não encontre favor anexar em Outros Documentos.

10.4.10 – Todas as declarações exigidas para a habilitação da empresa deverão estar assinadas, podendo ser assinaturas digital, por seu responsável legal e, preferencialmente, elaboradas em papel da empresa.

10.4.11 – Caso o representante da empresa não seja seu sócio proprietário, a fornecedor/proponente deverá encaminhar junto com sua documentação de habilitação, procuração dando plenos poderes a pessoa que há representará junto ao Município.

10.4.12 – Segundo o livro "Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência", 4ª edição, do Tribunal de Contas da União (página 463), a forma de apresentação dos documentos deverá ser da seguinte maneira:

a) Em nome do fornecedor/proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ(MF) e endereço respectivo, observado o seguinte:

a.1) Se o fornecedor/proponente for a matriz da empresa, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

a.2) Se o fornecedor/proponente for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;

b) Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos somente em nome da matriz.

c) Os Atestados de Capacidade Técnica ou Responsabilidade Técnica, possam ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou filial da empresa fornecedor/proponente.

11 – CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

11.1 – Os serviços serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, nas seguintes condições:

11.2 – Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o fornecedor.

11.3 – A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal/Fatura, com a consequente aceitação do serviço.

11.4 – Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, devendo fornecedor reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

11.5 – Caso descumpra as obrigações ou recuse o suporte, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas previstas no item 16 deste Termo de Referência.

11.6 – A Prefeitura do Município de Campos de Júlio reserva-se ao direito de impugnar os serviços entregues se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

12 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5 – Após a assinatura do contrato a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do serviço, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros assuntos que entender pertinentes.

12.6 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que corresponderá ao mesmo Fiscal do Contrato e seu suplente, nos Termos do art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021.

12.7 – O fiscal do contrato acompanhará a execução da mesma, para que sejam cumpridas todas as condições nela estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI do Decreto Federal nº 11.246/2022 e art. 23, inciso VI do Decreto Municipal nº 023/2024.

12.7.1 – O fiscal do contrato anotará no histórico do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observando os termos do art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 23, inciso II do Decreto Municipal nº 23/2024.

12.7.2 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos termos do Decreto Municipal n° 23/2024.

12.7.3 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7.4 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.7.5 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.8 – O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 2 - TR SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (9/19) 32/170

12.8.1 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais em relação à execução do serviço, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.9 – O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9.1 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.9.2 – O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.9.3 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.10 – O Fiscal do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do instrumento contratual sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.11 – O gestor do contrato com auxílio do respectivo Fiscal, deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração e o encaminhará para as providências de registro e transparência pública.

12.12 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO:

13.1 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

13.3 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4 – Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

13.5 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.6 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.7 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.8.1 – O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato/ata e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) número do empenhou e/ou solicitação de fornecimento;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.10 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.11 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.12 – O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo órgão requisitante responsável.

13.13 – A Contratada deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

13.13.1 – Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

13.13.2 – Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

13.13.3 – Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

13.13.4 – Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

13.13.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.14 – A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.

13.15 – Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.16 – Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.17 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.18 – Havendo a efetiva execução do serviço, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação, junto a contratante.

13.19 – O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

13.20 – O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.

13.21 – O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega dos serviços, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

13.22 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Município, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 *TX = Percentual da taxa anual = 6%*

13.23 – Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

13.23.1 – O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade.

13.23.2 – As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

13.24 – O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.25 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.26 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.26.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.27 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação de opção pelo regime do simples nacional

14 – OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO:

14.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Administração, de acordo com a Autorização de Fornecimento e demais instrumentos que instruem o procedimento de contratação direta;

14.2 – Notificar a fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.3 – Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do serviço deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

14.4 – Aplicar ao fornecedor as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

14.5 – Fornecer ao fornecedor todas as informações relacionadas com o serviço do presente contrato;

14.6 – Efetuar o pagamento a fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

14.7 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.8 – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

14.9 – Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Campos de Júlio/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

14.10 – Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer ao fornecedor recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

14.11 – Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos que instruem a contratação;

14.12 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.13 – Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente serviço, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.13.1 – A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.14 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.15 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

15 – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

15.1 – Deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

15.2 – Atender as requisições do Município, executando o serviço na forma estipulada neste Termo de Referência e no instrumento contratual, principalmente quanto ao prazo de entrega;

15.3 – Executar o serviço contratado no local e forma indicada pelo Município, obedecendo aos prazos estipulados.

15.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.5 – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.6 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço da presente aquisição, sem prévia e expressa anuência do Município;

15.7 – Credenciar junto ao Município um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução do serviço;

15.8 – Indicar, a pedido do Município, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 2 - TR SERVIÇOS DE INTERNET.pdf (14/19) 37/170

15.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o serviço do contrato;

15.10 – Manter durante a entrega do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta;

15.11 – Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no Termo de Referência.

15.12 – Comunicar ao Fiscal da Ata de Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do serviço contratual.

15.13 – Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.14 – Apresentar ao Município, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução da entrega;

15.15 – Cumprir, durante todo o período de execução da entrega, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.16 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.17 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

15.18 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do serviço da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

15.19 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

15.20 – - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990);

15.21 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

15.22 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

15.23 – Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do Município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

15.24. Responsabilizar-se pelo fornecimento, manutenção e substituição de roteadores, conversores e quaisquer ativos de rede necessários para a perfeita entrega física dos circuitos nas 53 dependências públicas, sem ônus adicional ao Município.

16 – DAS PENALIDADES:

16.1 – Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1 – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 – Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 – Deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento de contratação direta;

16.1.5 – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7 – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço da contratação direta sem motivo justificado;

16.1.8 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento de contratação direta ou prestar declaração falsa durante a Dispensa Licitatória pela Modalidade de Rito Comum ou a execução do contrato;

16.1.9 – Fraudar a Dispensa Licitatória pela Modalidade de Rito Comum ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

16.1.11 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste procedimento de contratação direta

16.1.12 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

16.2 – O atraso injustificado no fornecimento do serviço sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando os seguintes percentuais:

16.2.1 – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de serviços ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

16.2.2 – 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

16.3 – O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1 – Advertência, pela falta o subitem 16.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

16.3.2 – Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 16.1.1, 16.1.4 e 16.1.6;

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 16.1.3, 16.1.5, 16.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 16.1.2 e de 16.1.8 a 16.1.12; 16.3.3.

16.3.3 – Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.3.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.4 – A sanção de multa moratória prevista pelo item 16.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 16.3.2 deste edital.

16.5 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.6 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.7 – A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.8 – Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado.

16.9 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.

16.10 – A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o fornecedor/proponente deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

17 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

17.1 – O valor estimado para a contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência é de **R$ 5.416,66 (Cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) mensais**, totalizando **R$ 64.999,92 (Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)** para o período de 12 (doze) meses.

17.2. A empresa **NET WAY MATOGROSSO LTDA**, nome fantasia NET WAY CUIABA TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **01.909.379/0001-10**, foi selecionada por atender às necessidades técnicas da Administração, possuir capacidade para a execução do objeto e apresentar proposta com preço compatível com os valores praticados no mercado, conforme pesquisa de preços realizada, demonstrando-se vantajosa para o interesse público.

17.3. A escolha do fornecedor apoia-se também na sucessão empresarial operada sobre a antiga prestadora Ágile Telecom LTDA, restando comprovado que a contratada atual detém o pleno domínio tecnológico

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

e a propriedade dos meios físicos de transmissão já conectados aos prédios públicos municipais, o que assegura a imediata execução contratual sem custos adicionais de ativação de circuitos ou riscos de descontinuidade dos serviços públicos.

18 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Campos de Júlio/MT, inicialmente para o exercício financeiro de 2026.

18.2 – A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 1 – Departamento de Administração
Centro de Custo: 28 – Secretaria de Administração
Ficha: 76 – **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.58.00 Serviços de Telecomunicações

Campos de Júlio/MT, 14 de agosto de 2026.

Deloir José de Morais
Secretário Municipal de Administração

Marcia Soares de Freitas
Agente Administrativo

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 2 pessoas: MARCIA SOARES DE FREITAS e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: MARCIA SOARES DE FREITAS em 24/08/2026 15:15:57
  CPF:***.***-.991-09
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 24/08/2026 15:50:09
  CPF:***.***-.289-72
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2F8AC774FF8D4684B6FBCF17ED2C2F28

JUSTIFICATIVA PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELA MODALIDADE DE RITO COMUM

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO OBJETO

1.1. A Administração Pública Municipal, com amparo no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta justificativa fático-jurídica para a contratação de serviço de acesso à internet por meio de link dedicado de **2 Gbps, simétrico, pelo período de 12 meses**, destinado ao atendimento das necessidades de conectividade do Município de Campos de Júlio – MT

1.2. O serviço compreende o fornecimento de acesso à internet por link dedicado de forma simétrica (capacidade idêntica de download e upload), incluindo os equipamentos e meios necessários à sua perfeita disponibilização, observadas as condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. A contratação enquadra-se como serviço comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

1.4. O valor total da contratação permanece estritamente dentro do limite vigente para a hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observados os critérios previstos no § 1º do referido artigo.

1.5. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a regra geral prevê o formato eletrônico para contratações. Contudo, a legislação admite exceções em situações devidamente fundamentadas. No caso concreto, justifica-se a adoção do procedimento direto, sem disputa, pelos motivos técnicos e operacionais expostos no item 3 deste documento.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O acesso à internet constitui infraestrutura essencial ao funcionamento da Administração Pública Municipal, sendo indispensável para a comunicação institucional, sistemas corporativos, serviços eletrônicos, atendimento ao cidadão e execução das atividades administrativas diárias.

2.2. A velocidade contratada mostra-se necessária para suportar de forma estável o volume de tráfego de dados gerado pelas diversas unidades municipais.

2.3. A interrupção ou degradação prolongada do serviço causaria severos prejuízos à continuidade e à eficiência dos serviços públicos, comprometendo o funcionamento de sistemas informatizados e o acesso a plataformas oficiais.

2.4. A contratação pelo período de 12 (doze) meses visa assegurar a estabilidade e a previsibilidade do serviço, permitindo o adequado planejamento orçamentário da Administração.

2.5 A contratação faz-se urgente em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato atualmente existente, sendo imperioso evitar o desabastecimento tecnológico do Município.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA E DA ADOÇÃO DO RITO COMUM SEM DISPUTA

3.1. A contratação enquadra-se formalmente na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 3 - JUSTIFICATIVA RITO COMUM.pdf (1/5) 43/170

3.2. A Administração opta pelo rito da dispensa direta, sem abertura de disputa de lances, em razão da necessidade imperiosa de assegurar a continuidade do serviço de conectividade. A utilização da infraestrutura de fibra óptica e roteamento já implantada e operacionalizada no Município mitiga riscos técnicos de indisponibilidade, custos adicionais de instalação e o tempo de carência que uma migração forçada para um novo fornecedor demandaria.

3.3. A opção pelo fornecedor atual não decorre de inviabilidade de competição ou exclusividade (art. 74 da Lei nº 14.133/2021), uma vez que existem outros prestadores no mercado. A escolha fundamenta-se estritamente nos critérios de eficiência administrativa, aproveitamento de infraestrutura existente e vantajosidade econômica demonstrada nos autos.

3.4. A Administração verificou previamente a regularidade jurídica, fiscal e a capacidade técnica do fornecedor para a prestação contínua do serviço, mantendo a devida fiscalização durante a execução contratual.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE

4.1. A análise de preços foi realizada com o objetivo de verificar a compatibilidade do valor proposto para a contratação com os preços praticados no mercado, considerando as características específicas da solução pretendida pelo Município, composta por **link dedicado de internet com capacidade de 2 Gbps (2.000 Mbps), tráfego simétrico, transporte de dados em Camada 2 (LAN-to-LAN) para 53 enlaces remotos, monitoramento, suporte técnico e manutenção dos circuitos ativos**

4.2. Durante a pesquisa de preços, foram buscadas referências de mercado para serviços com capacidade de **2 Gbps** e características compatíveis com a solução pretendida. Contudo, **não foi localizada referência de mercado que contemplasse integralmente as mesmas especificações do objeto**, especialmente quanto à capacidade de 2 Gbps associada ao transporte de dados em Camada 2 para os 53 enlaces físicos existentes na estrutura municipal. Diante dessa limitação, foi utilizada, como **parâmetro adicional de comparação**, a **Cotação Rápida nº 8607**, no valor de **R$ 6.270,83**, referente a solução de **1 Gbps**, portanto de capacidade inferior à pretendida pelo Município e sem a mesma quantidade de enlaces físicos.

4.3. A utilização da referida referência de 1 Gbps não implica considerá-la como objeto de características equivalentes ao serviço pretendido, mas como **elemento complementar para aferição da compatibilidade do preço**. Nesse contexto, verifica-se que o valor mensal proposto pela empresa **NET WAY**, de **R$ 5.416,66**, contempla solução de maior capacidade, correspondente a **2 Gbps**, acrescida do transporte de dados em Camada 2 para **53 enlaces remotos**, bem como da infraestrutura, monitoramento, manutenção e suporte técnico necessários à continuidade dos serviços. Assim, considerando as diferenças de capacidade e de abrangência entre os objetos comparados, o valor proposto mostra-se **compatível com os parâmetros de mercado disponíveis e vantajoso para a Administração**, diante das características e condições específicas da solução a ser contratada.

4.4. Ressalta-se que a análise de economicidade não se fundamenta exclusivamente na comparação com a Cotação Rápida nº 8607, tendo sido consideradas, conjuntamente, **as características técnicas do objeto, a capacidade de 2 Gbps, a existência dos 53 enlaces LAN-to-LAN já implantados, a infraestrutura atualmente disponível, os serviços de monitoramento e suporte técnico, bem como a necessidade de**

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

assegurar a continuidade da prestação dos serviços sem interrupção. Dessa forma, o valor de **R$ 5.416,66 mensais, totalizando R$ 64.999,92 para 12 (doze) meses**, é considerado compatível com os parâmetros de mercado disponíveis e com o conjunto de serviços que compõem a solução, servindo a pesquisa realizada como elemento de suporte à demonstração da vantajosidade da contratação.

5. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.1. A escolha da empresa **NET WAY MATOGROSSO LTDA - CNPJ: 01.909.379/0001-10** fundamenta-se na plena compatibilidade de sua capacidade operacional com as especificações do Termo de Referência e na necessidade de preservação do circuito tecnológico municipal.

5.2. Registra-se que a NET WAY assumiu a responsabilidade pelos serviços de conectividade anteriormente fornecidos pela Ágile Telecom LTDA (CNPJ: 22.845.900/0001-72) devido a processo de aquisição e unificação de operação ocorrido no final de 2024. Desde então, a empresa mantém a prestação dos serviços ao Município com regularidade, estabilidade e sem interrupções técnicas.

5.3. O aproveitamento da infraestrutura já existente elimina o risco de transição de circuitos (migração de IPs, reconfiguração de firewalls e roteadores), garantindo que as atividades das secretarias municipais não sofram apagões de conectividade.

5.4. A empresa apresentou toda a documentação de habilitação e qualificação exigida pela legislação para fins de formalização do contrato

6. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

6.1. O planejamento da contratação contemplou a matriz de riscos contratuais, prevendo sanções e níveis mínimos de serviço (SLA) para os casos de falhas de conexão ou demora no atendimento técnico.

6.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, que registrará as ocorrências e zelará pelo fiel cumprimento do Termo de Referência.

7. DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO E DO INTERESSE PÚBLICO

7.1. A manutenção da solução tecnológica atual atende primordialmente ao interesse público por evitar instabilidades institucionais decorrentes de alterações abruptas de roteamento.

7.2. Conforme preceitua a boa prática administrativa, a condição de fornecedor atual não justificou, por si só, a contratação; a permanência da empresa confunde-se com os critérios de adequação técnica comprovada, economicidade e segurança operacional documentados no processo

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade jurídica e fática da contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, restando preenchidos os requisitos do art. 72 do mesmo diploma legal.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

8.2. adoção do procedimento sem disputa é motivada e justificada pela proteção à eficiência administrativa, eliminação de custos de nova instalação e mitigação de riscos de descontinuidade do sinal de internet dedicado.

8.3. Estando presentes a necessidade pública, a adequação do objeto, a vantajosidade do preço fixado, a habilitação do fornecedor e a devida disponibilidade orçamentária, orienta-se pelo prosseguimento do feito.

Campos de Júlio – MT, 12 de agosto de 2026.

Deloir José de Morais

Secretário Municipal de Administração

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 24/08/2026 15:50:24
CPF:***.***-.289-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D66EB7C868094C41A91ACF0E6ACB4E37

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição	Responsável	Data
00426/26	DELOIR JOSÉ DE MORAIS	17/08/2026

Descrição

Contratação de Serviços de link de internet dedicada

Poder	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Órgão	Secretaria Municipal de Administração
Setor Solicitante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo	28 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Placa	

Observação

Referente a contratação direta para dar continuidade aos serviços de link de internet dedicada e transporte L2 - Lan-to-Lan para atender as todas as Secretarias do Municipio de Campos de Julio - MT

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtde	Qtde Rec.	C. Custo	Centro de Custo
	Descrição Detalhada do Produto				Observação		
1	048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICAD(	MÊS	12	0	28	SECRETARIA DE ADMINISTR.
	Prestação de serviço de acesso e utilização de internet por meio de assinatura mensal de link de internet dedicado, com velocidade de 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos (download e upload idênticos). O serviço deve incluir o fornecimento de IP público fixo, garantia de 100% da banda contratada e índice de disponibilidade mínima (SLA) de 99,9%. Inclui monitoramento ativo e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7). A entrega do link deverá ocorrer em interface física Ethernet 10GbE ou superior. Estão inclusos no escopo do serviço a disponibilização e manutenção de todos os equipamentos necessários à perfeita conectividade (comodato), quando aplicável, sem custos adicionais de instalação ou locação.						

_____
DELOIR JOSÉ DE MORAIS
RESPONSAVEL

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2D5BD0932DA54B129B070AC282D635E8

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
2D5BD0932DA54B129B070AC282D635E8

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 24/08/2026 15:50:38
CPF:***.***-.289-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2D5BD0932DA54B129B070AC282D635E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
AV VALDIR MASUTTI, 779 W
CNPJ : 01.614.516/0001-99

Resultado da Cotação

Número da Cotação: 00426/26 Data: 17/08/2026 Abertura: 17/08/2026 Encerramento:

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GBPS	12	5.416,66	64.999,92
		TOTAL	12	5.416,66	64.999,92

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/495360F2226D4B2FA970E70298DF4CE6

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
495360F2226D4B2FA970E70298DF4CE6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MARCIA SOARES DE FREITAS em 24/08/2026 15:16:00
CPF:***.***-.991-09
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/495360F2226D4B2FA970E70298DF4CE6

Ofício 038-DCOM/B2G

Ao Departamento de Licitações e Contratos e Departamento de Tecnologia da Informação
Da Prefeitura do Município de Campos de Julio - MT **CNPJ:** 01.514.616/0001-99

Assunto: Proposta Comercial para link Corporativo

Referência: Solicitação de Orçamento – Link de Internet Dedicada e Transporte L2 – Lan-to-Lan

Prezado Gestor

Em resposta à sua solicitação de Orçamento, conforme constante na Referência, apresento, abaixo, nossa proposta comercial, com exclusividade à formação de seu Termo de Referência para futuro Edital de Licitação.

Nossos dados:

Razão Social: **NET WAY MATO GROSSO LTDA**

CNPJ: 01.909.379/0001-10 Inscrição Estadual: 13.303.312-0
Endereço: Rua Comandante Costa, 1144- Sala 05 Bairro: Centro-Sul - Município: Cuiabá, MT - CEP: 78020-400 Telefones: (69) 3451-6665 / (69) 9.8115-7660 E-MAIL:

licitacao@netway.inf.br Dados Bancários: Banco: 748 - Sicredi // Ag: 0804 // Conta: 05965-1

Nome completo do responsável legal da empresa: ADEMIR MENDES SANTIAGO

01						
ITEM	**QUANT**	**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**	**Un**	**QTD**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	01	• Quantidade: 01 circuito. • Banda: 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos. • Link dedicado com garantia de 100% da banda contratada. • Bloco de endereçamento IPv4 público: /28 (16 endereços, sendo 14 utilizáveis). • **Entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior.**	Mês	12	R$ 5.416,66	R$ 64.999,92
		• SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%. • Monitoramento e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana.				

		• Prazo de reparo conforme SLA da operadora. • **Possibilidade de contratação com ou sem BGP (informar na proposta).**				

Total do Valor Global em 12 meses: R$ 64.999,92 – sessenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centatos

ATIVAÇÃO DE CIRUITO - INSTALAÇÃO

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Un	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	01	• Ativação de circuito/Manutenção do circuito ativo • Quantidade: 01 circuito. • Banda: 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos. • Link dedicado com garantia de 100% da banda contratada. • Bloco de endereçamento IPv4 público: /28 (16 endereços, sendo 14 utilizáveis). • **Entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior.** • SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%. • Monitoramento e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana. • Prazo de reparo conforme SLA da operadora. • **Possibilidade de contratação com ou sem BGP (informar na proposta).**	Mês	01	R$ 0,00	R$ 0,00

Ativação e manutenção dos circuitos já ativados e configurados igual a R$ 0,00 (sem custo adicional ao contrato)

02

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Un	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	53	• Quantidade de circuitos: 53 enlaces ativos. • Serviço de transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN), permitindo transparência de protocolos. • Comunicação ponto a ponto entre a unidade central e as unidades remotas. • Disponibilidade mínima de 99,9%. • **Entrega em interface Ethernet**	Mês	12	R$ 0,00	R$ 0,00

Total Global: gerenciamento a cargo da administração da prefeitura municipal com circuitos ativos na plataforma sem adicionais totalizando isenção de custo a administração municipal – R$ 0,00

Informações Complementares

- Especificação da tecnologia utilizada: (fibra óptica, MPLS, VPLS, EVPL ou equivalente).
- Contato para suporte técnico e atendimento comercial conforme contrato com filial na cidade para atendimento presencial 24/7
- Validade do contrato: conforme previsto na Lei 14.133/2021.

Prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como

encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

Declaramos que atendemos todas as exigências técnicas mínimas, inclusive de garantia, prazos de entrega e quantidades.

Pimenta Bueno, 24 de agosto de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCELO RICARDO DELLEANO RECHE
Data: 24/08/2026 15:35:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br



Relatório de Cotação: cotação rápida 8607

Pesquisa realizada entre 10/08/2026 15:19:13 e 10/08/2026 15:20:26

Relatório gerado no dia 10/08/2026 15:25:19 (IP: 190.115.74.137)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garantida (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialme

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
5 / 5	1	R$ 6.990,00 (un)	-	R$ 6.990,00	R$ 6.990,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	01.801.612/0001-46 - MUNICIPIO DE PORANGATU / 10 - MUNICIPIO DE PORANGATU	01801612000146-1-000590/2026	17/06/2026	R$ 4.999,00
2	00.394.452/0001-03 - COMANDO DO EXERCITO / 160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS	00394452000103-1-010752/2026	02/06/2026	R$ 7.082,58
3	00.394.452/0001-03 - COMANDO DO EXERCITO / 160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS	00394452000103-1-010101/2026	22/05/2026	R$ 7.082,58
4	33.004.540/0001-00 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	NºPregão:900022026 UASG:154045	23/03/2026	R$ 6.990,00
Valor Unitário				**R$ 6.538,54**

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	46.634.333/0001-73 - Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo	19_2026_SAO MIGUEL ARCANJO	09/06/2026	R$ 5.200,00
Valor Unitário				**R$ 5.200,00**

Média dos Preços Obtidos: R$ 6.270,83

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 6.990,00

Valor Global: **R$ 6.990,00**

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

Detalhamento dos Itens

Item 1: serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garantida (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialme

Preço Estimado: R$ 6.990,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.990,00 **Mediana dos Preços Obtidos:** R$ 6.990,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garanti da (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialmente por fibra óptica, com se gregação lógica do circuito e monitoramento contínuo. incluindo ativação, configuração, testes de aceitação e suporte técnico, com disponibilid ade e parâmetros de qualidade definidos em sla, podendo contemplar endereçamento ip público (ipv4 e, quando aplicável, ipv6)	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 4.999,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 01.801.612/0001-46

Órgão: MUNICIPIO DE PORANGATU / 10 - MUNICIPIO DE PORANGATU

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET NA MODALIDADE DE LINK

Descrição: **SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET (SCM) NA MODALIDADE LINK DEDICADO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE 1.000MBPS (1 GBPS) SIMÉTRICO, BANDA 100% GARANTIDA (1:1), USO EXCLUSIVO, TRÁFEGO ILIMITADO E ENTREGA EM INTERFACE ETHERNET NO ENDEREÇO DO CONTRATANTE, PREFERENCIALME** - SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET (SCM) NA MODALIDADE LINK DEDICADO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE 1.000MBPS (1 GBPS) SIMÉTRICO, BANDA 100% GARANTIDA (1:1), USO EXCLUSIVO, TRÁFEGO ILIMITADO E ENTREGA EM INTERFACE ETHERNET NO ENDEREÇO DO CONTRATANTE, PREFERENCIALMENTE POR FIBRA ÓPTICA, COM SEGREGAÇÃO LÓGICA DO CIRCUITO E MONITORAMENTO CONTÍNUO. INCLUINDO ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TESTES DE ACEITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, COM DISPONIBILIDADE E PARÂMETROS DE QUALIDADE DEFINIDOS EM SLA, PODENDO CONTEMPLAR ENDEREÇAMENTO IP PÚBLICO (IPV4 E, QUANDO APLICÁVEL, IPV6)

Fonte: https://pncp.gov.br/app/editais/01801612000146/2026/590

Data: 17/06/2026 07:59

Modalidade: Dispensa

Critério de Julgamento: Menor preço

SRP: NÃO

Identificação: 01801612000146-1-000590/2026

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 01/07/2026 00:00

Quantidade: 12

Unidade: SERV

UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
41.627.637/0001-90 *VENCEDOR*	H A P SANTANA COMUNICACAO	R$ 4.999,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Endereço:
,

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 7.082,58**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

CNPJ: 00.394.452/0001-03

Órgão: COMANDO DO EXERCITO / 160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS

Objeto: Acesso a Internet Via Cabo - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Acesso à Internet Banda Larga, por meio de link dedicado de Fibra Óptica, , sendo 2 (dois) links de internet, um para cada sede, com 36 pontos, com velocidade mínima de 1 Gbps (Gigabit por segundo) de download e upload. 26344 - acesso a internet móvel - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando a Implantação e Gerenciamento de Rede Sem Fio (Wi-Fi) com 36 pontos de acesso, garantindo cobertura de sinal em todas as áreas designadas dos dois edifícios. 16209 - televisão – assinatura - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Distribuição de Sinal de Televisão (TV) por Assinatura, em alta definição para 36 pontos.

Descrição: **Acesso a Internet Via Cabo Acesso a Internet Via Cabo - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Acesso à Internet Banda Larga, por meio de link dedicado de Fibra Óptica, sendo 2 (dois) links de internet, um p** - Acesso a Internet Via Cabo Acesso a Internet Via Cabo - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Acesso à Internet Banda Larga, por meio de link dedicado de Fibra Óptica, sendo 2 (dois) links de internet, um para cada sede, com 36 pontos, com velocidade mínima de 1 Gbps (Gigabit por segundo) de download e upload. 26344 - acesso a internet móvel - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando a Implantação e Gerenciamento de Rede Sem Fio (Wi-Fi) com 36 pontos de acesso, garantindo cobertura de sinal em todas as áreas designadas dos dois edifícios. 16209 - televisão – assinatura - Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Distribuição de Sinal de Televisão (TV) por Assinatura, em alta definição para 36 pontos.

Fonte: https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2026/10752

Data: 02/06/2026 00:00

Modalidade: Dispensa

Critério de Julgamento: Não se aplica

SRP: NÃO

Identificação: 00394452000103-1-010752/2026

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 02/06/2026 00:00

Quantidade: 8

Unidade: FIXO MENSAL

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.506.894/0001-60 *VENCEDOR*	RL NET INTERNET LTDA	R$ 7.082,58

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Porto Alegre	AVENIDA DA CAVALHADA, 2716	(51) 2132-5006	rodrigo@rlnetpoa.com.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 7.082,58**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 00.394.452/0001-03

Órgão: COMANDO DO EXERCITO / 160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS

Objeto: Aquisição de serviço de link de acesso à internet

Descrição: **Acesso a internet via cabo Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Acesso à Internet Banda Larga, por meio de link dedicado de Fibra Óptica, sendo 2 (dois) links de internet, um para cada sede, com 36 pontos,** - Acesso a internet via cabo Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Acesso à Internet Banda Larga, por meio de link dedicado de Fibra Óptica, sendo 2 (dois) links de internet, um para cada sede, com 36 pontos, com velocidade mínima de 1 Gbps (Gigabit por segundo) de download e upload. Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando a Implantação e Gerenciamento de Rede Sem Fio (Wi-Fi) com 36 pontos de acesso, garantindo cobertura de sinal em todas as áreas designadas dos dois edifícios. Fornecimento de solução completa e contínua de telecomunicações, englobando Serviço de Distribuição de Sinal de Televisão (TV) por Assinatura, em alta definição para 36 pontos.

Fonte: https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2026/10101

Data: 22/05/2026 00:00

Modalidade: Dispensa

Critério de Julgamento: Não se aplica

SRP: NÃO

Identificação: 00394452000103-1-010101/2026

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 22/05/2026 00:00

Quantidade: 4

Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO

UF: RS

Relatório gerado no dia 10/08/2026 15:25:19 (IP: 190.115.74.137)
Código Validação: psLZqfAlPSiCcB2Yz1HxPpcVLvYUftdli4db2DwV8TApXd4inpNc5Q%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=psLZqfAlPSiCcB2Yz1HxPpcVLvYUftdli4db2DwV8TApXd4inpNc5Q%253d%253d

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.506.894/0001-60 *VENCEDOR*	RL NET INTERNET LTDA	R$ 7.082,58

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Porto Alegre	AVENIDA DA CAVALHADA, 2716	(51) 2132-5006	rodrigo@rlnetpoa.com.br

Preço (Compras Governamentais) 4: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 6.990,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 33.004.540/0001-00
Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Objeto: Contratação de serviços de link de internet dedicado, destinados a atender às necessidades dos Campus de Sinop, Araguaia (unidade I e II) e a Base Avançada de Pesquisa do Pantanal (BAPP) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT).
Descrição: **Acesso a Internet Via Cabo** - LOTE 2 - CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAIA Serviço de Conectividade Dedicada – Campus Araguaia (Unidade I e II): Prestação de serviço mensal de link de internet dedicado, 100% fibra óptica, simétrico, com velocidade de 1 Gbps, em topologia de dupla abordagem física, roteamento BGP, fornecimento de IPs (IPv4 e IPv6) e equipamentos em comodato para as unidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, incluindo lançamento dos circuitos de fibra, instalação e configuração de todos os equipamentos necessários para o pleno funcionamento . Unidade de Medida = Serviço (mês)
Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Data: 23/03/2026 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:900022026 / UASG:154045
Lote/Item: /2
Ata: Link Ata
Homologação: 15/04/2026 11:16
Quantidade: 12
Unidade: MEGA BITS/SEGUNDO
UF: MT

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
06.119.785/0001-00 *VENCEDOR*	SET SOLUCOES TECNOLOGICAS E INFORMATICA LTDA	R$ 6.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MT	Barra do Garças	RUA RAIMUNDO MELO, 283	(66) 9239-7383	graficaivan@hotmail.com

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 5.200,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 46.634.333/0001-73
Órgão: Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo
Objeto: Tecnologia
Descrição: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ACESSO IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO (BACKBONE) ENTRE A REDE DA PREFEITURA E A INTERNET, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1,5 GBPS (DOWNLOAD E UPLOAD, PREFERENCIALMENTE SIMÉTRICA). - TORRE DE TRANSMISSÃO DE** - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ACESSO IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO (BACKBONE) ENTRE A REDE DA PREFEITURA E A INTERNET, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 1,5 GBPS (DOWNLOAD E UPLOAD, PREFERENCIALMENTE SIMÉTRICA). - TORRE DE TRANSMISSÃO DE TV (ESTRADA VICINAL JOÃO SANTIAGO TERRA FRANÇA, KM 33 - BAIRRO BREJAÚVA)
Fonte: sistema.bbmnet.com.br

Data: 09/06/2026 09:05
Modalidade: Pregão (Setor público)
SRP: NÃO
Identificação: 19_2026_SAO MIGUEL ARCANJO
Lote/Item: 1/1
Ata: Link Ata
Quantidade: 12
Unidade: Mês
UF: SP

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
04.268.880/0001-32 *VENCEDOR*	SMANET INFORMATICA LTDA	R$ 5.200,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Endereço:
RUA COMENDADOR JOSE GIORGI, 490

Telefone:
(15) 9658-3675

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

LAUDO DA COTAÇÃO

Órgão / Entidade Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Data: 10/08/2026 15:19
Nome da Cotação: cotação rápida 8607
Declaramos que a presente cotação de preços está em conformidade com a Instrução Normativa IN 65/2021 (Lei nº 14.133) do Ministério da Economia, que regula as compras públicas no âmbito do Poder Executivo Federal.

Preço estimado do item calculado pela fórmula Mediana dos preços obtidos:

Item 1 - serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garantida (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialme

serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garantida (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialmente por fibra óptica, com segregação lógica do circuito e monitoramento contínuo. incluindo ativação, configuração, testes de aceitação e suporte técnico, com disponibilidade e parâmetros de qualidade definidos em sla, podendo contemplar endereçamento ip público (ipv4 e, quando aplicável, ipv6) na quantidade 1 - Unidade, a ser entregue em Campos de Júlio - MT, sem nenhuma observação

Preços considerados no cálculo

- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 17/06/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 02/06/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 22/05/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 23/03/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.

Estes preços pertencem ao Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 09/06/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.

Estes preços pertencem ao Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Este item atende a IN 65/2021 (Lei nº 14.133) pois possui:

5 cotações de preços que validam a pesquisa de mercado realizada:

- 4 preços que validam a pesquisa de mercado realizada, conforme Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).
- 1 preço que valida a pesquisa de mercado realizada, conforme Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Preço do Fornecedor Vencedor

- Capta os preços homologados para o item ou lote.

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa Brasileira de Mercadorias — *Data: 10/08/2026 15:19:22*
sistema.bbmnet.com.br — **Acessar a fonte aqui**

2 - Compras.gov.br — *Data: 10/08/2026 15:20:26*
www.gov.br/compras/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

3 - Portal Nacional de Contratações Públicas — *Data: 10/08/2026 15:19:14*
https://pncp.gov.br/app/ — **Acessar a fonte aqui**

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item 1 - serviço de acesso à internet (scm) na modalidade link dedicado, com capacidade nominal de 1.000mbps (1 gbps) simétrico, banda 100% garantida (1:1), uso exclusivo, tráfego ilimitado e entrega em interface ethernet no endereço do contratante, preferencialme:

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	41.627.637/0001-90	R$ 4.999,00	R$ 4.999,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 4999.00
2. **Valor Calculado:** R$ 4.999,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	04.268.880/0001-32	R$ 5.200,00	R$ 5.200,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 5200.00
2. **Valor Calculado:** R$ 5.200,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	09.506.894/0001-60	R$ 7.082,58	R$ 7.082,58

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 7082.58
2. **Valor Calculado:** R$ 7.082,58

Preço (Compras Governamentais) 4: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	09.506.894/0001-60	R$ 7.082,58	R$ 7.082,58

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 7082.58
2. **Valor Calculado:** R$ 7.082,58

Preço (Compras Governamentais) 5: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	06.119.785/0001-00	R$ 15.998,00	R$ 6.990,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 6990.00
2. **Valor Calculado:** R$ 6.990,00

Assinado por 1 pessoa: MARCIA SOARES DE FREITAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MARCIA SOARES DE FREITAS em 24/08/2026 15:16:03
CPF:***.***-.991-09
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFB3E0B347B14F638942D2B81F12C302

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
51201492956	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: NET WAY MATO GROSSO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTE2600151070

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		023	3	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

CUIABA
Local

10 Julho 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (1/11)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/139.246-8	MTE2600151070	09/07/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
571.995.742-15	ADEMIR MENDES SANTIAGO	10/07/2026 17:24:41
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE ESTURBO.pdf (2/11)

DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA
NET WAY MATO GROSSO LTDA
CNPJ nº 01.909.379/0001-10
NIRE: 51201492956

AMS PARTICIPAÇÕES LTDA, empresa de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **44.582.858/0001-87** , com sede na Avenida Presidente Kennedy nº 28, segundo piso, Sala 03, Bairro Pioneiros, CEP: 76.970-000, no Município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, com contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do estado de Rondônia (JUCER) sob o nº **11201038594**, em 14.12.2021, neste ato representado por seu sócio Administrador **ADEMIR MENDES SANTIAGO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 26/08/1977 natural de Jataí/GO, portador da Cédula de Identidade n° 000.542.997 expedida pela SSP/RO e inscrito no CPF sob o n° 571.995.742-15, residente e domiciliado a Av. Costa e Silva n° 567, Bairro Alvorada, CEP:76.970-000, no município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia. Único sócio da Sociedade Limitada de nome empresarial **NET WAY MATO GROSSO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob **NIRE nº 51201492956**, com sede na Rua Comandante Costa nº 1144, Sala 05, Bairro Centro-Sul, CEP: 78020-400, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **01.909.379/0001-10**, resolvem, assim, alterar o Contrato Social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ABERTURA DE FILIAL

A sociedade resolve abrir as seguintes filiais:

a) Filial com sede à Avenida Bom Jesus n. 1070, Bairro Centro, CEP: 78.250-000, Município de Pontes e Lacerda, Estado do Mato Grosso.

b) Filial com sede à Avenida São Bernardo n. 476, Bairro Centro, CEP: 78.243-000, Município de Nova Lacerda, Estado do Mato Grosso.

c) Filial com sede à Rua das Goiabeiras n. 18, Bairro Centro, CEP: 78.254-000, Município de Conquista d'Oeste, Estado do Mato Grosso.

Parágrafo Primeiro: Não houve Capital Social destacado para as filiais.

Parágrafo Segundo: As filiais terão como objeto social as mesmas atividades da matriz que são:

SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - SCM. INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES. PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET - VOIP. CONSULTORIA EM

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (3/11)

TECNOLOGIA DA INFORMACAO. TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR. ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SEM OPERADOR. ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICO. REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Diante da alteração havida, os sócios resolvem por este ato, ATUALIZAR e CONSOLIDAR, o Contrato Primitivo, conforme as cláusulas e condições a seguir:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA
NET WAY MATO GROSSO LTDA
CNPJ nº 01.909.379/0001-10
NIRE: 51201492956

AMS PARTICIPAÇÕES LTDA, empresa de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **44.582.858/0001-87** , com sede na Avenida Presidente Kennedy nº 28, segundo piso, Sala 03, Bairro Pioneiros, CEP: 76.970-000, no Município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, com contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do estado de Rondônia (JUCER) sob o nº **11201038594**, em 14.12.2021, neste ato representado por seu sócio Administrador **ADEMIR MENDES SANTIAGO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 26/08/1977 natural de Jataí/GO, portador da Cédula de Identidade n° 000.542.997 expedida pela SSP/RO e inscrito no CPF sob o n° 571.995.742-15, residente e domiciliado a Av. Costa e Silva n° 567, Bairro Alvorada, CEP:76.970-000, no município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia. Único sócio da Sociedade Limitada de nome empresarial **NET WAY MATO GROSSO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob **NIRE nº 51201492956**, com sede na Rua Comandante Costa nº 1144, Sala 05, Bairro Centro-Sul, CEP: 78020-400, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **01.909.379/0001-10,** consolidam o contrato social mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade tem o nome empresarial de **NET WAY MATO GROSSO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sua sede na Rua Comandante Costa nº 1144, Sala 05, Bairro Centro-Sul, CEP: 78020-400, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Parágrafo Único: A sociedade possui as seguintes filiais:

a) Rua Júlio Martinez Benevides, n. 1200-S, Sala 02, térreo, Bairro Jardim Rio Preto, CEP: 78.306-030, Município de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso, registrada sob o NIRE 51900479479, inscrita no **CNPJ nº 01.909.379/0002-09**, com as mesmas atividades da matriz e sem destaque de capital social.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (4/11)

b) Avenida Brasil n. 1904 NE, Sala 02, Bairro Alvorada, CEP: 78.360-000, Município de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, registrada sob o NIRE 51900593433, inscrita no **CNPJ nº 01.909.379/0003-81**, com as mesmas atividades da matriz e sem destaque de capital social.

c) Rua Ipiranga n. 1087, Bairro Centro, CEP: 78.350-000, Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso, registrada sob o NIRE 51900607345, inscrita no **CNPJ nº 01.909.379/0004-62**, com as mesmas atividades da matriz e sem destaque de capital social.

d) Avenida Paraná n. 87E, Pavimento Térreo, Bairro Centro, CEP: 78.310-000, Município de Comodoro, Estado do Mato Grosso, registrada sob o NIRE 51900631696, inscrita no **CNPJ nº 01.909.379/0005-43**, com as mesmas atividades da matriz e sem destaque de capital social.

e) Rua Padre Cassemiro n. 1333, Bairro Santa Cruz, CEP 78.205-245, Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, registrada sob o NIRE 51900639689, inscrita no **CNPJ nº 01.909.379/0006-24**, com as mesmas atividades da matriz e sem destaque de capital social.

f) Avenida Bom Jesus n. 1070, Bairro Centro, CEP: 78.250-000, Município de Pontes e Lacerda, Estado do Mato Grosso.

g) Avenida São Bernardo n. 476, Bairro Centro, CEP: 78.243-000, Município de Nova Lacerda, Estado do Mato Grosso.

h) Rua das Goiabeiras n. 18, Bairro Centro, CEP: 78.254-000, Município de Conquista d'Oeste, Estado do Mato Grosso.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 01/06/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem o seguinte objeto:

SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA - SCM. INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA. PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES. PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET - VOIP. CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR. ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SEM OPERADOR. ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICO. REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.

CLÁUSULA QUINTA: O Capital Social inteiramente subscrito e realizado, no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), divididos em 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada quota, integralizados em moeda corrente do País, fica assim distribuído:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (5/11)

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor Capital
AMS PARTICIPAÇÕES LTDA	3.200.000	100%	R$ 3.200.000,00
TOTAL	**3.200.000**	**100%**	**R$ 3.200.000,00**

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A Administração da sociedade caberá aos administradores, em conjunto ou isoladamente o senhor **ADEMIR MENDES SANTIAGO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 26/08/1977 natural de Jataí/GO, portador da Cédula de Identidade n° 000.542.997 expedida pela SSP/RO e inscrito no CPF sob o n° 571.995.742-15, residente e domiciliado a Av. Costa e Silva n° 567, Bairro Alvorada, CEP:76.970-000, no município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia e **TAYNARA CRISTINA HILGEMBERG SANTIAGO,** brasileira, natural de Ponta Grossa Paraná, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 29/12/1979, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 674467/SESDEC/RO e do CPF 640.787.442-49, residente e domiciliada na Av. Costa e Silva, nº 567, Bairro Alvorada, CEP: 76970-000, Pimenta Bueno Estado de Rondônia.com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive podendo onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, na constância dos atos de gestão.

Parágrafo Primeiro: Os sócios podem constituir procuradores com poderes específicos para representá-los na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

Parágrafo Segundo: O sócio pode ser representado na assembleia por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.

Parágrafo Terceiro: É vedado aos sócios e aos procuradores o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como: abono, aceite, aval, endosso ou outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.

Parágrafo Quarto: O sócio e/ou procurador que não acatar as restrições contidas no parágrafo segundo ficará individualmente responsável pelo pagamento assumido em nome da sociedade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administração quando for o caso.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (6/11)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país, por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim terem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato em via única, obrigando a si e por seus herdeiros ao fiel cumprimento de todas as suas cláusulas.

Cuiabá - MT, 09 de julho de 2026.

AMS PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ n° **44.582.858/0001-87**
Representada por: ADEMIR MENDES SANTIAGO
CPF n° 571.995.742-15

ADEMIR MENDES SANTIAGO
CPF n° 571.995.742-15
Administrador

TAYNARA CRISTINA HILGEMBERG SANTIAGO
CPF n° 640.787.442-49
Administradora

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - TURBO.pdf (7/11)

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/139.246-8	MTE2600151070	09/07/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
571.995.742-15	ADEMIR MENDES SANTIAGO	10/07/2026 17:24:42
Assinado utilizando assinatura qualificada		

640.787.442-49	TAYNARA CRISTINA HILGEMBERG SANTIAGO	10/07/2026 17:27:25
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, de CNPJ 01.909.379/0001-10 e protocolado sob o número 26/139.246-8 em 09/07/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 3807195, em 13/07/2026. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Medllym De Almeida Passareli.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
571.995.742-15	ADEMIR MENDES SANTIAGO	10/07/2026 16:24:41
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC REDE IDEIA RFB	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
571.995.742-15	ADEMIR MENDES SANTIAGO	10/07/2026 16:24:42
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC REDE IDEIA RFB	
640.787.442-49	TAYNARA CRISTINA HILGEMBERG SANTIAGO	10/07/2026 16:27:25
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC REDE IDEIA RFB	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 09/07/2026

Documento assinado eletronicamente por Medllym De Almeida Passareli, Servidor(a) Público(a), em 13/07/2026, às 08:17.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 26/139.246-8.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA

Cuiabá. segunda-feira, 13 de julho de 2026

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 26/139.246-8 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 3807195 em 13/07/2026 da empresa 5120149295-6 NET WAY MATO GROSSO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
5190064944-7	AVENIDA BOM JESUS 1070 - BAIRRO CENTRO CEP 78250-000 - PONTES E LACERDA/MT
5190064945-5	RUA DAS GOIABEIRAS 18 - BAIRRO CENTRO CEP 78254-000 - CONQUISTA D'OESTE/MT
5190064946-3	AVENIDA SAO BERNARDO 476 - BAIRRO CENTRO CEP 78243-000 - NOVA LACERDA/MT

13 de jul de 2026

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3807195 em 13/07/2026 da Empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ 01909379000110 e protocolo 261392468 - 09/07/2026. Autenticação: E1C6C5EA63BB6DBF2DF553FFFD75C49AD6D1546. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/139.246-8 e o código de segurança 4Y2G Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2026 por Kenner Langner da Silva – Secretário-Geral.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - 15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E ESTATUTO.pdf (11/11)

PREFEITURA DE Cuiabá

ALVARÁ/2026

DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Código de Certificação

30233251257848202610042302 1

CM

229292

CNPJ/CPF

01.909.379/0001-10

Identificador

619359

Razão Social

TELETURBO SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia

TELETURBO

Atividade Principal

6110-8/03 - Serviços de comunicação multimidia - SCM

Atividade Secundária

4321500 - Instalação e manutencão eletrica
8020001 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
7739099 - Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente sem oprador
6311900 - Tratamento de dados,provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
6204000 - Consultoria em tecnologia de informação
6190602 - Provedores de voz sobre protocolo internet -VOIP
6190601 - Provedores de acesso às redes de comunicações
4751201 - Comercio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informatica
9511800 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Localização

Rua COSTA, COMTE, 1144 - SALA 5 - Bairro: CENTRO SUL - CEP: 78020400 - CUIABA - MT

Data Abertura Empresa	Area Utilizada/m²	Publicidade	Hor. Especial
01/06/1997	45	SIM	NAO

Data da Inscrição CM	Uso Solo
19/05/2022	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Data Expedição	Inscr. Cad Imobiliário	Inscr. Estadual	Registro Junta Comercial/MT
02/04/2026	01.5.32.014.0794.001	133033120	51201492956

Ressalva

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
SECRETARIO DE MEIO AMB. E DESENV. URBANO

TANIA REGINA DE SOUZA
GERENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

EDIVALDO LOPES DA CONCEICAO
DIRETOR DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

02 de Abril de 2026.

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

A Autenticidade do Alvará deverá ser confirmada em: www.cuiaba.mt.gov.br/taxas

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 6779 DE 30 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 156 e incisos, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, e, ainda, o que consta do processo nº 53500.007646/2014;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o §1º do art. 10 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, não haverá limite ao número de autorizações para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, o que caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação, por configurar-se desnecessária;

R E S O L V E :

Art. 1º Expedir autorização à MARIA APARECIDA CORREA - ME, CNPJ/MF nº 01.909.379/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Parágrafo único. O uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação desta Agência.

Art. 2º Estabelecer que o preço devido pelo direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel.

Parágrafo único. A quantia referida no *caput* deste artigo será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de revogação automática deste Ato e a consequente extinção da presente autorização.

Art. 3º Estabelecer que os equipamentos que compõem as estações de telecomunicações do serviço devem ter certificação expedida ou aceita pela Anatel, segundo as normas vigentes.

Art. 4º Estabelecer que o prazo para o início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, não poderá ser superior a dezoito meses, contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência no Diário Oficial da União.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - ANATEL ATO Nº 6779 - TELETURBO.pdf (1/3) 76/170

§ 1º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

SICAP: **2014.901.122.81**
DATA: **30/7/2014**

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

EXTRATO DO ATO Nº 6779 DE 30 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.007646/2014. Expede autorização à MARIA APARECIDA CORREA - ME, CNPJ/MF nº 01.909.379/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
01.909.379/0001-10 **MATRIZ**		**17/06/1997**

NOME EMPRESARIAL
NET WAY MATO GROSSO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R COMANDANTE COSTA	**1144**	**SALA 05**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.020-400	**CENTRO-SUL**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADEMIRSANTIAGO@NETWAY.INF.BR	**(69) 8115-7660**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/09/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/08/2026** às **16:10:10** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT 01

Nº 2560614/2026
Emissão: 18/05/2026
Validade: 31/03/2027
Chave: 41xCc

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

CERTIFICAMOS que a Pessoa Jurídica mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 13.639/2018, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: TELETURBO SERVICOS DE TELECOMUNICACAO LTDA

CNPJ: 01.909.379/0001-10

Registro: 01909379000110

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 3.200.000,00

Data do Capital: 15/05/2022

Faixa:

Objetivo Social: SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA ? SCM; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR; ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES; PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET ? VOIP; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCAÇÕES E AERONAVES; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: RUA COMANDANTE COSTA, 1144, SALA 05, CENTRO SUL, CUIABÁ, MT, 78020400

Tipo de Registro: Definitivo Empresa

Data Inicial: 26/07/2023

Data Final: Indefinido

Registro Regional:

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2026 (1/1)

Responsáveis Técnicos

Profissional: FABIO FRANCISCO DA SILVA

Registro: 97072613153

CPF: 970.726.131-53

Data Início: 18/05/2026

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei Federal nº 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto Federal nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto Federal nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://corporativo.sinceti.net.br/publico/, com a chave: 41xCc
Impresso em: 18/05/2026 às 12:16:23 por: adapt, ip: 192.144.73.137

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0064118374

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **04/08/2026** Hora da emissão: **09:00:00**

Nome/denominação do sujeito passivo: **NET WAY MATO GROSSO LTDA**
CNPJ: **01.909.379/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:
13.303.312-0 - NET WAY MATO GROSSO LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidao válida até: **02/10/2026.**
Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado
Número de Autenticação: **2TB2ML22B7TA22K2**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NET WAY MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 01.909.379/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:07:24 do dia 14/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/02/2027.
Código de controle da certidão: **47C7.6283.CC97.2B53**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.909.379/0001-10

Razão social: NET WAY MATO GROSSO LTDA

Endereço: R COMANDANTE COSTA 1144 SALA 05/ CENTRO-SUL / CUIABA / MT / 78020-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/08/2026 a 02/09/2026

Certificação Número: 2026080422250679508531

Informação obtida em 14/08/2026 09:34:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

79868084/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

NET WAY MATO GROSSO LTDA

OU

CNPJ n. 01.909.379/0001-10

Certidão emitida em 24/08/2026, às 08:59:52 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Mato Grosso.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Mato Grosso (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/08/2026, às 07:40:22.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 79868084

Código de Validação: 6019 BD00 47DB EBF3 85CC BA81 D5A9 28BC

Data da Atualização: 24/08/2026, às 07:40:22

24/08/2026

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: NET WAY MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 01.909.379/0001-10
CERTIDÃO EMITIDA em 24/08/2026, às 09:01:15

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado informava empregar, em *20/08/2026,* pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar com o código de verificação MmIA2pdTmkGIftD.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em *20/08/2026.* Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após *20/08/2026* podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 36 da Portaria Consolidada MTE nº 1 de 17 de dezembro de 2025. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).
8. Nos termos do art. 34, § 2º, da Portaria Consolidada MTE nº 1, de 17 de dezembro de 2025, a prestação de informações indevidas, incorretas, inexatas, falsas ou a omissão de dados pelo empregador poderá ensejar o cancelamento da emissão desta certidão, a qualquer tempo, mediante apuração administrativa

realizada pela Inspeção do Trabalho, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

9. Esta certidão foi emitida em 24/08/2026 e tem prazo de validade de 30 dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
1004072/2026	**2220149**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
734987589	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 381220**

3117628110299520260807292 47

NOME
NET WAY MATO GROSSO LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
01.909.379/0001-10	**133033120**

ENDEREÇO
Rua COSTA, COMTE, 1144 - SALA 5 - CENTRO SUL - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO SUL	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, sexta-feira, 24 de julho de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 22 de Outubro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NET WAY MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.909.379/0001-10
Certidão nº: 69636704/2026
Expedição: 14/08/2026, às 14:11:59
Validade: 10/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NET WAY MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.909.379/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

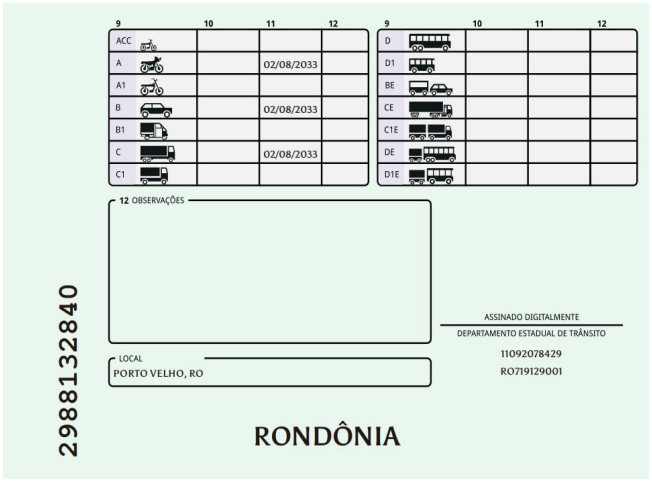
FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - CERTIDAO TRABALHISTA 10-02-27.pdf (1/1) 88/170


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2988132840

2 e 1 NOME E SOBRENOME: ADEMIR MENDES SANTIAGO
1ª HABILITAÇÃO: 15/10/1996
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 26/08/1977, JATAI, GO
4a DATA EMISSÃO: 05/05/2025
4b VALIDADE: 02/08/2033
ACC
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 542997 SSP RO
4d CPF: 571.995.742-15
5 Nº REGISTRO: 02805903845
9 CAT HAB: AC
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: VALDIVINO MENDES SANTIAGO
FRANISCA FERREIRA SANTIAGO
7 ASSINATURA DO PORTADOR


9	10	11	12
ACC			
A		02/08/2033	
A1			
B		02/08/2033	
B1			
C		02/08/2033	
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

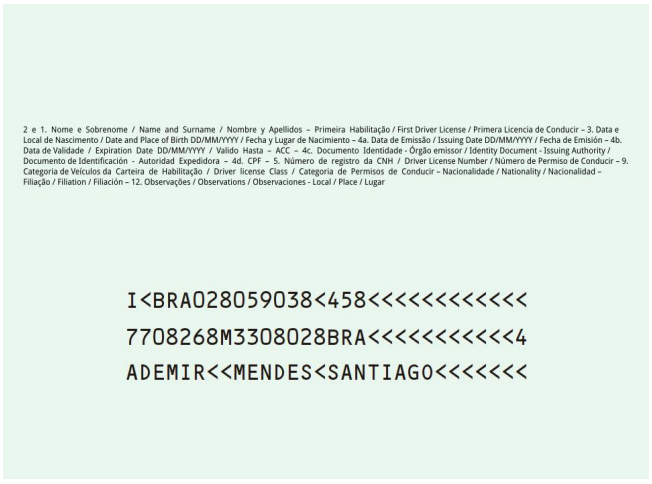
12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
11092078429
RO719129001

LOCAL: PORTO VELHO, RO

2988132840

RONDÔNIA


2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA028059038<458<<<<<<<<<<<
7708268M3308028BRA<<<<<<<<<<<4
ADEMIR<<MENDES<SANTIAGO<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2671537918

2 e 1 NOME E SOBRENOME
TAYNARA CRISTINA HILGEMBERG SANTIAGO

1ª HABILITAÇÃO
17/06/1998

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
29/12/1979, PONTA GROSSA, PR

4a DATA EMISSÃO
27/07/2023

4b VALIDADE
25/07/2033

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
674467 SESDEC RO

4d CPF
640.787.442-49

5 Nº REGISTRO
01106916306

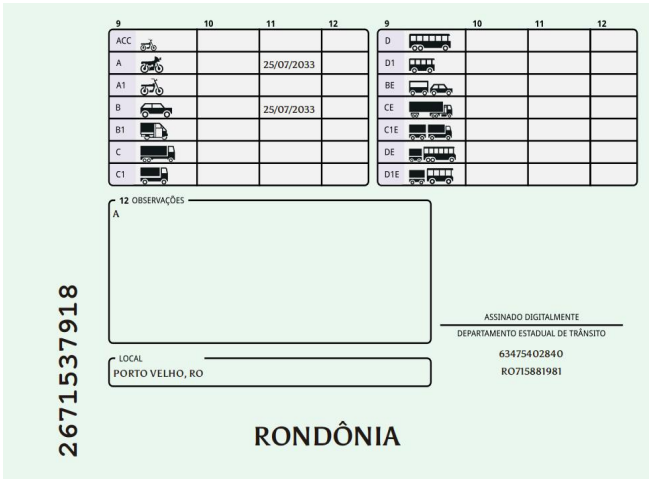
9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ODAIR HILGEMBERG

DALVA AMADO HILGEMBERG

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		25/07/2033	
A1			
B		25/07/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
63475402840
RO715881981

LOCAL
PORTO VELHO, RO

2671537918

RONDÔNIA

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA011069163<067<<<<<<<<<<<<
7912296F3307250BRA<<<<<<<<<<<2
TAYNARA<<C<HILGEMBERG<SANTIAGO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 24/08/2026 08:52:41

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NET WAY MATO GROSSO LTDA**
CNPJ: **01.909.379/0001-10**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **NET WAY MATO GROSSO LTDA**

CPF/CNPJ: **01.909.379/0001-10**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:54:27 do dia 24/08/2026 , com validade até o dia 23/09/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: yv1Gm7z91vCVcTpTJ3Hy

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 7 - CONTROLADORIA GERAL UNIAO.pdf (1/1) 92/170

Tribunal de Contas
Mato Grosso

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 24/08/2026 07:58

- Declaração de Inidoneidade
- Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança
- Declaração de inadimplência

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 MES(ES)	345/2026
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 MES(ES)	227/2026
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 ANO(S)	787/2024
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 ANO(S)	210/2025

TOTAL DE REGISTROS: 4

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão
56865350197	DOMILSON DE OLIVEIRA SOUZA	MT	02/05/2019	02/05/2027	8 ANO(S)	40/2019
51771802120	ISABELA CRISTINA PENEDO DE FREITAS GUIMARAES	MT	01/11/2018	01/11/2026	8 ANO(S)	482/2018

TOTAL DE REGISTROS: 2

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão

TOTAL DE REGISTROS: 0

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 26564886

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada e após consulta aos registros nos sistemas de tramitação processual de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, **NADA CONSTA** nos registros de **PROCESSOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EM ANDAMENTO E ARQUIVADOS**, como **AUTOR E RÉU**, até a data de 17/08/2026, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

TELETURBO SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ 01.909.379/0001-10

Observações:

a. As informações referentes ao **NOME e CNPJ** mencionados acima são de responsabilidade do solicitante. Cabe ao interessado e ao destinatário conferir a titularidade e verificar a autenticidade dos dados.

b. A autenticidade desta certidão pode ser verificada no site **sec.tjmt.jus.br**. acessando o campo "**Verificar autenticidade de 1º grau**". Para a consulta, é necessário informar o número da certidão e o CPF. A verificação pode ser realizada em até **3(três) meses** após a data de expedição.

c. A consulta é realizada na base de dados de processos distribuídos na Primeira Instância, abrangendo tanto a Justiça Comum quanto os Juizados. Estão incluídas **Inclui todas as ações relacionadas à recuperação judicial e falência**.

d. A presente certidão foi expedida com base nos critérios de busca selecionados pela parte requerente no sistema. Portanto, não exclui a possibilidade de existência de processo(s) que não se enquadrem nos parâmetros especificados no cabeçalho deste documento.

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da sua emissão.

Certidão nº 26564886.
A autencidade desta certidão pode ser consultada em:
http://sec.tjmt.jus.br/verificar-autenticidade-de-certidoes
Certidão emitida por BENEDITA ELIETE DE OLIVEIRA ARRUDA.
Lotado na Central de Distribuição - Comarca da Capital - SDCR , dia 17/08/2026, às 17h:26

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/08/2026 às 08:57) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 01.909.379/0001-10.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A8C.3195.917E.B629 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

REQUERIMENTO DE ADITAMENTO CONTRATUAL E NOTIFICAÇÃO DE SUB-ROGAÇÃO

Transferência de Titularidade de Contratos Administrativos por Alienação/Cessão de Carteira de Clientes

---

AO:
MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT
CNPJ/MF nº 01.614.516/0001-99
Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP: 78319-000
A/C: Gabinete do Prefeito / Procuradoria Geral do Município / Setor de Licitações e Contratos

1. DAS PARTES ENVOLVIDAS

CEDENTE (Atual Contratada): AGILE TELECOM EIRELI / AGILE SEGURANÇA ELETRÔNICA E INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.845.900/0001-72, com sede à Rua Zelino Agostinho Lorenzetti, nº 514s, Centro, Campos de Júlio - MT, CEP 78.319-000, representada por sua administradora, Sra. Thaina Gabriely Santiago, portadora do CPF/MF nº 003.388.222-32.

CESSIONÁRIA (Proposta Sub-rogada - TELETURBO): NET WAY MATO GROSSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.909.379/0001-10, com sede em Rua Comandante Costa, nº 1144, Centro-Sul, Cep: 78.020-400, representada por seu representante legal, Sr(a). Ademir Mendes Santiago, portador(a) do CPF nº 571.995.742-15.

2. DO OBJETO E DOS FATOS

Vêm, respeitosamente, perante este douto Poder Executivo Municipal, NOTIFICAR e REQUERER a formalização da **TRANSFERÊNCIA (SUB-ROGAÇÃO CONTRATUAL COM ANUÊNCIA)** dos Contratos Administrativos celebrados com a empresa **AGILE TELECOM EIRELI,** em virtude da aquisição do fundo de comércio e da carteira de clientes efetuada pela empresa **NET WAY MATO GROSSO LTDA.**

A presente solicitação abrange a substituição da titularidade contratual, autorização para emissão de notas fiscais e recebimento de faturamentos futuros relativos aos seguintes instrumentos contratuais vigentes:

Nº Contrato	Vinculação / Processo	Objeto / Unidade Beneficiada	Valor Mensal
116/2021	Dispensa nº 65/2021 (Proc. 127/2021)	Internet Banda Larga Fibra Óptica (20 Mbps) — Polícia Civil	R$ 100,00
143/2021	Dispensa nº 78/2021 (Proc. 143/2021)	Internet Banda Larga Fibra Óptica (60 Mbps) — UNEMAT/Polícia	R$ 159,00
151/2021	Dispensa nº 97/2021 (Proc. 169/2021)	Link Dedicado Fibra Óptica (300 Mbps) — Secretaria de Administração	R$ 2.970,00
192/2021	Dispensa nº 140/2021 (Proc. 228/2021)	Internet Banda Larga Fibra Óptica (40 Mbps) — Polícia Militar	R$ 100,00

3. DO EMBASAMENTO JURÍDICO E GARANTIAS TÉCNICO-OPERACIONAIS

A substituição da contratada mediante cessão contratual opera-se dentro dos preceitos da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas de Direito Administrativo, restando plenamente assegurados os seguintes pontos:

- **Manutenção Integral das Condições Pactuadas:** A empresa NET WAY assume a responsabilidade de manter irrestritamente todas as condições de preço, prazos de vigência, níveis de serviço (SLA), banda/velocidade e especificações técnicas de infraestrutura estabelecidas nos editais e termos de referência de origem.
- **Inexistência de Oneração Financeira:** A sub-rogação não gera nenhum acréscimo de despesa, custo ou reajuste tarifário ao Erário do Município de Campos de Júlio - MT.
- **Plena Habilitação Jurídica e Fiscal:** Seguem em anexo os documentos comprobatórios de regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista) e habilitação jurídica da NET WAY, ratificando aptidão técnica para assumir integralmente a prestação dos serviços sem qualquer solução de continuidade.

Requerimento de Adequação Cadastral: Solicita-se a aprovação desta Administração com a consequente confecção do respectivo **Termo Aditivo de Sub-rogação Contratual** ou Apostilamento, para que a emissão de notas fiscais, empenhos e ordens bancárias passe a ser realizada em nome da **NET WAY MATO GROSSO LTDA.**

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requerem a Vossa Excelência:

1. O recebimento, autuação e protocolo da presente notificação;

2. O encaminhamento à Procuradoria Jurídica do Município para emissão do competente parecer administrativo;

3. A **ANUÊNCIA FORMAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT** para a sub-rogação dos Contratos nº 116/2021, 143/2021, 151/2021 e 192/2021;

4. A formalização dos Termos Aditivos e atualização nos sistemas fiscais e financeiros da Prefeitura.

Campos de Júlio - MT, 20 de agosto de 2026.

THAINA GABRIELY SANTIAGO:00338822232
Assinado de forma digital por THAINA GABRIELY SANTIAGO:00338822232
Dados: 2026.08.21 10:18:16 -04'00'

AGILE TELECOM EIRELI
Thainá Gabriely Santiago
CPF: 003.388.222-32
(Cedente)

ADEMIR MENDES SANTIAGO:57199574215
Assinado de forma digital por ADEMIR MENDES SANTIAGO:57199574215
Dados: 2026.08.21 10:18:30 -04'00'

NET WAY MATO GROSSO LTDA
Ademir Mendes Santia
CPF: 571.995.742-15
(Cessionária)

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT
(De acordo/Anuência Contratante)

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 08/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 08/2026 (Diário Oficial da União - CEAF)

Dados da consulta: 24/08/2026 08:55:16

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: **01.909.379/0001-10**

Cadastro: **CEIS**

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

De: Deloir José Morais

Deferido

Para: Marcia Soares de Freitas (Interno)

Data: 24 de agosto de 2026 às 15:52

Deferido

De: Marcia Soares de Freitas

Deferido

Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)

Data: 25 de agosto de 2026 às 07:17

Segue o processo de SERVIÇOS DE INTERNET - Contratação direta

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 25 de agosto de 2026 às 08:26

O título do processo foi alterado por Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos) de 'Prorrogação de prazo contratual e solicitação de abertura de novo processo licitatório Ref. Contrato 151.2021 Ágile' para 'Dispensa de Licitação nº 015/2026 - Serviço de internet link dedicado'

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 25 de agosto de 2026 às 08:49

Segue em anexo:

- Autuação
- Parecer contábil
- Autorização para abertura de processo
- Portaria nº 095/2026 - Agente de contratação

Anexo(s)
Autuação.pdf
Parecer contábil.pdf
Autorização para abertura de processo.pdf
Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2026

MODALIDADE: Dispensa de Licitação.

IDENTIFICAÇÃO: DL nº 015/2026.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de link de internet dedicado de 2 Gbps (2.000 Mbps), simétrico, com garantia de 100% da banda contratada, bloco IPv4 público /28, entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior, SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%, monitoramento e suporte técnico 24x7, incluindo manutenção dos circuitos ativos e transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN) de 53 enlaces, pelo período de 12 meses, para suprir as demandas de conectividade do Município de Campos de Júlio/MT.

VALOR: R$ 64.999,92

PROPONENTE: NET WAY MATO GROSSO LTDA; CNPJ nº 01.909.379/0001-10

DATA DE AUTUAÇÃO: 24/08/2026.

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.: 78319-000 - Campos de Júlio - MT

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das obrigações decorrente do objeto especifico abaixo, certifico que:

[X] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação (ões) especificada (s) abaixo;

[ ] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;

[ ] – Despesas Extra Orçamentárias.

[ ] – Sistema de Registro de Preços com indicação de dotação no momento da aquisição.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº.Processo Adm./Ano: 000091/26
Data do Processo Adm.: 24/08/2026
Modalidade: DISPENSA 0015/2026

Objeto do Processo Adm.: Contratação de Serviços de link de internet dedicada

Recursos orçamentários

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
76	2026	020301	04.122.0002.2009.0000	3.3.90.39.58.00	1.1.500	64.999,92	837.419,57	772.419,65

Total Previsto : 64.999,92

Campos de Júlio, 24 de agosto de 2026

Assinatura do Responsável

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: DELONEI VALMORBIDA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6EDC6A847165436AAA5AEF9519FC2B15

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
6EDC6A847165436AAA5AEF9519FC2B15

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELONEI VALMORBIDA em 26/08/2026 09:51:15
CPF:***.***-.821-49
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6EDC6A847165436AAA5AEF9519FC2B15

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Processo Licitatório nº 091/2026

Dispensa de Licitação nº 15/2026

Regime de execução: Empreitada por preço unitário

Autorizo a abertura de procedimento de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de link de internet dedicado pelo período de 12 meses, no valor de R$64.999,92, com a empresa NET WAY MATO GROSSO LTDA; CNPJ nº 01.909.379/0001-10, visando atender a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Administração.

Campos de Júlio - MT, 24/08/2026.

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/93FEBB5295DF4BA1BBD0511E97790698

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
93FEBB5295DF4BA1BBD0511E97790698

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 25/08/2026 10:13:34
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/93FEBB5295DF4BA1BBD0511E97790698

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea "f" e "h", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf (1/5) 109/170

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf (2/5) 110/170

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - Francieli Beatriz Ceccon.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf (3/5) 111/170

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

12º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78.319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 08/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

Assistente Social	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
RICARDO WASTOWSKI PIRES	**CPF/MF 026.XXX.XXX-09**
MARIA LIRES SCARMUCIN	**CPF/MF 340.XXX.XXX-91**
VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA	**CPF/MF 529.XXX.XXX-34**

PSICOLOGA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA	**CPF 063.XXX.XXX-05**

FISIOTERAPEUTA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STUDIO RENAN LEONIR FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	**CNPJ Nº 38.906.267.0001-15**
AMANDA RAISSA ALVES CARDOSO	**CNPJ Nº 50.160.198/0001-49**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CPF Nº 010.XXX.XXX-37**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CNPJ Nº 58.496.504/0001- 24**
LYV SAUDE E EDUCAÇÃO	**CNPJ Nº 52.908.682/0001-39**

FONOAUDIOLOGO	
Credenciados.	**CNPJ/MF/**
S C SOARES CARMIN	**CNPJ Nº 54.224.934/0001-36**
PAMELA MOTA ATENDIMENTO FONOAUDIOLOGICOS LTDA	**CNPJ Nº 53.943.805/0001-35**
INB FONOAUDIOLOGIA LTDA	**CNPJ Nº 45.406.789/0001-13**

Campos de Júlio, 23 de abril de 2026

Nadia T. Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea “f” e “h”, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedi-

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf (4/5) 112/170

mento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - **Francieli Beatriz Ceccon**.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 32 - PSS/001/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2025 e em conformidade com a Lei n.º 1.945, de 05 de março de 2024, Lei n.º 2.254, de 13 de maio de 2025.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2025 por meio do Decreto Municipal nº 195, de 13 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Memorando nº. 25/2026/SMSCJ/GS subscrito pela Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025, regido pelo edital nº 01/2025, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

ENFERMEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jenifer Souza de Almeida	10º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.1 do edital nº. 001/2025, a seguir elencados:

Habilitação se exigir o cargo.

I. Ter Nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026. Agentes de contratação..pdf (5/5) 113/170

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Procuradoria Geral (Organograma)

Data: 26 de agosto de 2026 às 10:47

Segue minuta contratual para análise jurídica e emissão do respectivo parecer.

Anexo(s)

MINUTA DE CONTRATO.pdf

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADA: NET WAY MATO GROSSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **01.909.379/0001-10**, com sede à Rua comandante Costa, Nº 1144, Sala 02, Bairro Centro-sul, Cuiabá-MT, CEP 78.020-400, neste ato representado por seu sócio Administrador ADEMIR MENDES SANTIAGO, brasileiro, empresário, nascido em 26/08/1977 natural de Jataí/GO, portador da Cédula de Identidade n° 000.XXX.997 expedida pela SSP/RO e inscrito no CPF sob o n° 571.XXX.XX2-15.

Firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente termo, contrate-se empresa para prestação de serviços continuados de link de internet dedicado.

CLÁUSULA II – DAS ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Na tabela a seguir constam a especificação do Serviço:

Item	Cód. Sist. Cód. TCE/MT	Descrição	UN	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	48.005.001 000.899.100	Prestação de serviço de acesso e utilização de internet por meio de assinatura mensal de link de internet dedicado, com velocidade de 2 Gbps (2.000 Mbps) simétricos (download e upload idênticos). O serviço deve incluir o fornecimento de IP público fixo, garantia de 100% da banda contratada e índice de disponibilidade mínima (SLA) de 99,9%. Inclui monitoramento ativo e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7). A entrega do link deverá ocorrer em interface física Ethernet 10GbE ou superior. Estão inclusos no escopo do serviço a disponibilização e manutenção de todos os equipamentos necessários à perfeita conectividade (comodato), quando aplicável, sem custos adicionais de instalação ou locação.	mês	12	5.416,66	R$ 64.999,92

2.2 Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações deste contrato, observando as normas técnicas e regulamentações vigentes da ANATEL.

2.3 Prazo de Início da Execução: Por se tratar de serviços continuados já implantados e em plena operação na estrutura municipal, a assunção contratual e a contagem dos atos de faturamento e suporte sob a égide

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO.pdf (1/14) 115/170

deste instrumento terão início imediato a partir da assinatura do contrato ou emissão da Autorização de Fornecimento, garantindo-se a total continuidade dos circuitos ativos, sem qualquer interrupção técnica ou necessidade de reativação física de rede.

2.4 Local de Prestação dos Serviços: O link principal permanece entregue na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT e os 53 enlaces distribuídos nas demais unidades administrativas vinculadas ao Município, conforme infraestrutura física já existente. O suporte, gerência e monitoramento técnico deverão ocorrer de forma remota 24 horas por dia.

2.5 Forma de Prestação dos Serviços: os serviços serão executados de forma contínua, ininterrupta (24x7x365), durante toda a vigência contratual.

2.6 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, devendo fornecedor reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

2.7 Caso descumpra as obrigações ou recuse o suporte, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas previstas no item 10 deste contrato.

2.8 A Prefeitura do Município de Campos de Júlio reserva-se ao direito de impugnar os serviços prestados se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste contrato.

CLÁUSULA III – DO AMPARO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

3.1 A lavratura do presente contrato decorre do Processo Licitatório nº 091/2026, Dispensa de Licitação Eletrônica nº 015/2026, realizados com base na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA IV – DO REGIME DE FORNECIMENTO

4.1 O presente contrato tem como regime a empreitada menor preço por item.

CLÁUSULA V – DA GESTÃO DO CONTRATO

5.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 - Após a assinatura do contrato a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros assuntos que entender pertinentes.

5.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que corresponderá ao mesmo Fiscal do Contrato e seu suplente, nos Termos do art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021.

5.7 - O fiscal do contrato acompanhará a execução da mesma, para que sejam cumpridas todas as condições nela estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI do Decreto Federal nº 11.246/2022 e art. 23, inciso VI do Decreto Municipal nº 023/2024.

5.7.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento da ata de registro de preços e/ou contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da ata/contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observando os termos do art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 23, inciso II do Decreto Municipal nº 23/2024

5.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos termos do Decreto Municipal n° 23/2024.

5.7.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.8 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais em relação à execução do objeto, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.9 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.9.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.9.2 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal (is), quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.9.3 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.10 - O Fiscal da Ata de Registro de Preço comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.11 - O gestor do contrato com auxílio do respectivo Fiscal, deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração e o encaminhará para as providências de registro e transparência pública.

5.12 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA VI – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

6.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) número do empenho e/ou solicitação de fornecimento;

f) o valor a pagar; e

g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12 O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo órgão requisitante responsável.

6.13 - A Contratada deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

6.13.1 - Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

6.13.2 - Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

6.13.3 - Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

6.13.4 - Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

6.13.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.14 A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.

6.15 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.16 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços e/ou contrato, caso o contratado não regularize sua situação, junto a contratante.

6.19 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

6.20 O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.

6.21 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

6.22 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Município, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 *TX = Percentual da taxa anual = 6%*

6.23 Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

6.23.1 O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade.

6.23.2 As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

6.24 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.25 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.26 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.26.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.27 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprova condicionado à apresentação de comprovação de opção pelo Simples Nacional.

6.28 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Campos de Júlio/MT, inicialmente para o exercício financeiro de 2026.

6.29 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 1 – Departamento de Administração

Centro de Custo: 28 – Secretaria de Administração

Ficha: 76 – Elemento de Despesa: 3.3.90.39.58.00 Serviços de Telecomunicações

CLÁUSULA VII – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência da contratação será **12 (doze) meses** contado a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Administração, de acordo com a Autorização de Fornecimento e demais instrumentos que instruem o certame e contratação;

8.2 - Notificar o fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.3 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

8.4 - Aplicar ao fornecedor as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

8.5 - Fornecer ao fornecedor todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

8.6 - Efetuar o pagamento a fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

8.7 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

8.9 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Campos de Júlio/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo fornecedor;

8.10 - Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer ao fornecedor recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

8.11 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos que instruem a contratação;

8.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13 - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente compra, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.13.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.14 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.15 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2 Atender as requisições do Município, executando o objeto na forma estipulada neste Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, principalmente quanto ao prazo de entrega;

9.3 Executar o objeto contratado no local e forma indicada pelo Município, obedecendo aos prazos estipulados.

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente aquisição, sem prévia e expressa anuência do Município;

9.7 Credenciar junto ao Município um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução do serviço;

9.8 Indicar, a pedido do Município, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o serviço do contrato;

9.10 Manter durante a entrega do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta;

9.11 - Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no Termo de Referência.

9.12 Comunicar ao Fiscal da Ata de Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do serviço contratual.

9.13 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Apresentar ao Município, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução da entrega;

9.15 Cumprir, durante todo o período de execução da entrega, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.16 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.20 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990);

9.21 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.22 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.23 Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do Município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

9.24 Responsabilizar-se pelo fornecimento, manutenção e substituição de roteadores, conversores e quaisquer ativos de rede necessários para a perfeita entrega física dos circuitos nas 53 dependências públicas, sem ônus adicional ao Município.

CLAUSULA X – DAS SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 Fraudar a Dispensa Licitatória pela Modalidade de Rito Comum ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

10.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando os seguintes percentuais:

10.2.1 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

10.2.2 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

10.3 - O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.3.1 - Advertência, pela falta prevista no subitem 10.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

10.3.2 - Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.1, 10.1.4 e 10.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.3, 10.1.5, 10.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.2 e de 10.1.8 a 10.1.12; 10.3.3.

10.3.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.4 - A sanção de multa moratória prevista pelo item 10.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 10.3.2 deste contrato.

10.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7 - A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 - Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado.

10.9 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.

10.10 - A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

CLÁUSULA XI – DOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XII – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA XIII – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1 A contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XIV – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XV – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Josiane Ribeiro da Silva, designada como Fiscal de Contrato pela Administração Municipal, nos termos do art. 117, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Fica facultada a contratação de terceiros para prestar apoio técnico e fornecer informações necessárias ao desempenho dessa atribuição.

CLAUSULA XIV – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

15.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora (“Operador”);

15.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

15.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

15.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

15.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às

práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

15.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

15.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

15.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

15.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

15.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

15.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

15.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em: **(I)** comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e **(II)** permitir que o Controlador projete e

implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLAUSULA XVI - DA PUBLICAÇÃO

16.1 A contratante encaminhará para publicação o extrato deste contrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso até o décimo dia útil posterior à data de sua assinatura.

CLÁUSULA XVII – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Tendo em vista a natureza do objeto contratado, é vedada toda e qualquer subcontratação dos serviços descritos neste instrumento.

CLÁUSULA XVIII – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio, XX de agosto de 2026

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

NET WAY MATO GROSSO LTDA

CNPJ nº **01.909.379/0001-10**

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

De: Procuradoria Geral

Deferido

Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)

Para: Procuradoria Jurídica (Organograma), João Gabriel De Jesus Cavalcante Dias (Interno)

Data: 26 de agosto de 2026 às 13:21

Solicito parecer

De: João Gabriel De Jesus Cavalcante Dias
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno), Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 27 de agosto de 2026 às 10:35

Parecer em anexo.

Anexo(s)

Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço de internet.pdf

PROTOCOLO N° 2533/2026

PARECER N° 79/2026 – 2ª PJM DE CAMPOS DE JÚLIO-MT

ASSUNTO: ANÁLISE DA REGULARIDADE FORMAL E MATERIAL DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

INTERESSADO(S): MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS; NET WAY MATO GROSSO LTDA.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SERVIÇO CONTINUADO DE LINK DEDICADO DE INTERNET. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO ESTIMADA EM R$ 64.999,92, PELO PRAZO DE 12 MESES. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO NO LIMITE LEGAL VIGENTE. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO. TERMO DE REFERÊNCIA. PESQUISA DE PREÇOS. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO. HABILITAÇÃO. PUBLICIDADE NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. SUB-ROGAÇÃO OU ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATADO. AQUISIÇÃO DE CARTEIRA DE CLIENTES PELA EMPRESA CONTRATADA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

DE COMPATIBILIDADE COM O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. INSTRUÇÃO PROCESSUAL APARENTEMENTE INCOMPLETA EM PONTOS ESSENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO DEFINITIVA DA REGULARIDADE. RECOMENDAÇÃO DE DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO PRÉVIO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo nº 2533/2026, relacionado à Dispensa de Licitação nº 015/2026 e ao Processo Licitatório nº 091/2026, instaurado pelo Município de Campos de Júlio/MT.

Conforme os documentos examinados, o procedimento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de link de internet dedicado, com velocidade de 2 Gbps, garantia de 100% da banda contratada, bloco IPv4 público /28, suporte técnico ininterrupto e manutenção de circuitos ativos, incluindo transporte Ethernet do tipo LAN-to-LAN para aproximadamente 53 enlaces destinados às unidades administrativas municipais.

O valor global estimado da contratação é de R$ 64.999,92, correspondente ao período de 12 meses, com valor mensal indicado de aproximadamente R$ 5.416,66.

A documentação registra a existência de comunicações internas, termo de referência, cotações e pesquisa de preços, manifestação contábil,

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

autorização da autoridade competente, minuta contratual e encaminhamento à Procuradoria Geral para análise jurídica.

Também consta dos autos situação peculiar envolvendo a substituição da empresa anteriormente vinculada à prestação dos serviços. A empresa Agile Segurança Eletrônica e Informática Eireli teria transferido ou alienado sua carteira de clientes à empresa Net Way Mato Grosso Ltda., tendo sido formulado pedido de transferência de titularidade, sub-rogação ou alteração subjetiva dos contratos administrativos anteriormente mantidos.

A tramitação teve origem, ao menos em parte, em necessidade de correção documental. Segundo a Comunicação Interna nº 013/2026, teria ocorrido equívoco no processo anterior, com inserção do conteúdo de uma comunicação interna diversa daquela que deveria integrar os autos. O novo processo teria sido instaurado para corrigir a falha e reunir a documentação correspondente.

Constam como agentes públicos envolvidos o Prefeito Municipal, o Secretário Municipal de Administração, a fiscal de contratos, o contador municipal, servidores da Gerência de Contratações Públicas e demais agentes responsáveis pela coleta de orçamentos, instrução e encaminhamento do expediente.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTOS

A. Regime jurídico aplicável

A contratação está submetida à Lei nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e os contratos administrativos da Administração Pública direta,

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

autárquica e fundacional dos Municípios, tendo como finalidades a seleção da proposta mais vantajosa, a isonomia entre os interessados, a prevenção de sobrepreço e superfaturamento e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e transparência.

A Constituição Federal estabelece que, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante licitação pública, assegurada a igualdade de condições entre os concorrentes.

A contratação direta, portanto, não constitui espaço de liberdade administrativa absoluta. A dispensa apenas afasta a necessidade de realização do procedimento competitivo, mas não elimina a obrigação de planejamento, motivação, pesquisa de preços, demonstração da vantajosidade, comprovação da habilitação, publicidade e controle.

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta seja instruído, entre outros elementos, com documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar quando cabível, termo de referência, estimativa da despesa, parecer jurídico, demonstração da disponibilidade orçamentária, comprovação da habilitação, razão da escolha do contratado, justificativa do preço e autorização da autoridade competente.

No caso examinado, verifica-se a presença de diversos desses elementos, mas a regularidade definitiva depende da conferência do conteúdo integral de cada documento, e não apenas de sua existência formal.

B. Enquadramento na hipótese de dispensa por valor

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

O procedimento foi estruturado com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, hipótese que autoriza a dispensa de licitação para contratação de outros serviços e compras dentro do limite legal aplicável. A redação localizada na base consultada indica limite de **R$ 50.000,00**, sujeito às atualizações monetárias previstas na legislação e nos atos regulamentares pertinentes.

O valor estimado nos autos, de **R$ 64.999,92**, não supera o limite nominal de R$ 50.000,00 atualizado no ano de 2026 para **R$ 65.492,11**.

Também é necessário observar que o limite não deve ser aferido de forma isolada, considerando-se apenas o valor mensal ou somente o contrato formalmente projetado. A Lei nº 14.133/2021 determina que sejam considerados o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela unidade gestora e o somatório das despesas com objetos da mesma natureza, entendidos como aqueles pertencentes ao mesmo ramo de atividade.

A jurisprudência de controle enfatiza que a Administração deve planejar suas necessidades para evitar o fracionamento indevido de despesas e a utilização artificial da dispensa. O TCE-MG reconhece que, para a correta utilização da dispensa por valor, devem ser avaliados o total despendido pela unidade gestora, as contratações do mesmo ramo de atividade e o planejamento das necessidades do exercício. Vejamos:

> CONSULTA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM FUNÇÃO DO VALOR. ART. 24, I, DA LEI N.º 8.666/1993. SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "MESMA NATUREZA". ART. 75, § 1º, II, DA LEI N.º 14.133/2021. EXPRESSÃO "MESMO RAMO DE ATIVIDADE". CONCEITOS INDETERMINADOS. ASSOCIAÇÃO ÀS NOÇÕES DE IDENTIDADE, SEMELHANÇA, AFINIDADE E FINALIDADE.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

NORMATIZAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIÃO. UTILIZAÇÃO DO NÍVEL DE SUBCLASSE DO CNAE. POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS POR PARTE DE CADA ENTE DA FEDERAÇÃO. INTELECÇÃO DA EXPRESSÃO "MESMO LOCAL". ESPAÇO TERRITORIAL. SENTIDO GEOECONÔMICO. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. UNIDADE GESTORA. PRÍNCIPIO DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 1.Na Lei n.º 8.666/1993 não há definição, de forma explícita, acerca do conceito jurídico indeterminado "mesma natureza", para fins de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, remanescendo ao gestor a possibilidade de, nos limites de sua competência e respeitados os princípios que devem nortear a atuação administrativa, regulamentar os critérios objetivos para aferição da natureza dos produtos e serviços a serem contratados pela Administração. 2.Na Lei n.º 14.133/2021 considera-se que objetos da mesma natureza são os que pertencem ao "mesmo ramo de atividade". Inexiste definição, todavia, acerca do alcance de tal locução, de modo que os entes federados, no exercício de sua autonomia administrativa, materializado no princípio federativo, de guarida constitucional, podem estabelecer parâmetro próprio para definição objetiva de "ramo de atividade" para os fins do disposto no art. 75 do mencionado diploma legal, observados os demais princípios aplicáveis e os respectivos limites do poder regulamentar. 3.Na ausência de regulamentação do conceito de "mesmo ramo de atividade", para os fins preceituados no art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, os entes

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

poderão reproduzir a normatização federal, que estabelece o nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE como parâmetro, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67/2021.4.É indevida a vinculação do sentido de "natureza" à classificação contábil dos elementos de despesas, consoante orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. 5.O sentido da expressão "mesmo local", inserta no art. 24, I, da Lei n.º 8.666/1993, deve ser aferido no caso concreto, tomando-se em consideração: 5.1) os limites geográficos de atuação e as competências das respectivas unidades gestoras, em linha com o prejulgamento de tese fixado na Consulta n.º 701.201; 5.2) tratar-se de objetos de mesma natureza que possam ser executados de maneira conjunta e concomitantemente; 5.3) a premissa de que a licitação é a regra geral, devendo ser avaliada, na etapa preparatória do certame, a possibilidade de competitividade e, por conseguinte, de obtenção de maiores benefícios econômicos e melhor contratação, mediante o somatório dos valores estimados de obras ou serviços de engenharia.6.Na Lei n.º 14.133/2021, para fins de avaliação acerca da possibilidade de contratação direta por dispensa em virtude do valor, foram fixados pressupostos de natureza temporal e organizacional, quais sejam, o valor total a ser gasto pela respectiva unidade gestora, com objetos de mesma natureza, no período de um exercício financeiro, não havendo menção, portanto, aos atuais requisitos de execução conjunta e concomitante e no "mesmo local".7.Para a adequada utilização do instituto da dispensa de licitação, as unidades gestoras da Administração deverão providenciar o planejamento de

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> suas atividades e necessidades, dimensionando as respectivas contratações a serem realizadas no exercício financeiro subsequente, o que compreende, entre outras medidas, a elaboração de estimativas de quantitativos e custos de produtos, serviços e outros suprimentos necessários à manutenção da unidade e à execução de suas atribuições.
>
> (TCE-MG - CONSULTA: 1104833, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 19/10/2022, Data de Publicação: 07/11/2022)

Assim, deve ser verificado se o Município realizou ou pretende realizar, no mesmo exercício financeiro, outras contratações de serviços de telecomunicações, conectividade, internet, transmissão de dados, links dedicados, manutenção de rede ou serviços semelhantes.

A existência de contratos anteriores com empresas distintas não afasta, por si só, a necessidade de verificar o somatório das despesas. Tampouco o fato de os serviços atenderem a unidades administrativas diferentes permite automaticamente a exclusão do cálculo global, especialmente se os objetos forem tecnicamente semelhantes e estiverem inseridos no mesmo ramo de atividade.

C. Planejamento, necessidade administrativa e estudo técnico preliminar

O objeto consiste em serviço continuado, pois atende a necessidade permanente de funcionamento da Administração Municipal e envolve conectividade, transmissão de dados e comunicação entre diversas unidades públicas.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

A contratação de 2 Gbps, com 53 enlaces e suporte 24x7, exige demonstração técnica suficientemente detalhada da necessidade. Não basta indicar que o Município necessita de internet. É necessário demonstrar:

a) quais unidades serão atendidas;
b) qual a demanda individual de cada unidade;
c) quais enlaces já existem;
d) quais enlaces serão mantidos, substituídos ou ampliados;
e) a razão técnica da velocidade contratada;
f) a necessidade de garantia de banda integral;
g) a justificativa para o bloco IPv4 público /28;
h) os níveis mínimos de disponibilidade;
i) os tempos máximos de atendimento e reparo;
j) as consequências administrativas da interrupção;
k) a inexistência de solução alternativa mais econômica;
l) a razão para contratação de um único fornecedor.

A jurisprudência de controle destaca que o estudo técnico preliminar deve permitir a compreensão da necessidade, do quantitativo, da solução escolhida e dos riscos de desperdício ou ineficiência. Nesse sentido:

> EMENTA - AUDITORIA DE CONFORMIDADE PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO ESCOPO PLANEJAMENTO DASCONTRATAÇÕES PÚBLICAS NOVA LEI DE LICITAÇÕES VERIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOTÉCNICO PRELIMINAR E DE TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO EMPENHO E COMPROMETIMENTO DO ÓRGÃO ATOS ADMINISTRATIVOS REGULARIDADE IMPLEMENTAÇÃO PARCIAL DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL ESTIMATIVASDE COMPRA/DEMANDA SOBRE O CONSUMO HISTÓRICO RECOMENDAÇÃO ARQUIVAMENTO. 1. O

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> Estudo Técnico Preliminar-ETP busca mitigar os riscos de desperdícios oriundos da ineficiência e fraude na gestão dalicitação, sendo sua elaboração dever cogente imposto à Administração Pública. As contratações de obras e serviços devemser precedidas da elaboração de Projeto Básico-PB (arts. 6º, IX, e 7º da Lei 8.666/1993). 2. O planejamento, incluindo os parâmetros utilizados para o cálculo do quantitativo per capita dos itens licitados, deve estarclaro e explicito no Estudo Técnico Preliminar, promovendo uma contratação objetiva e evitando gasto desnecessário de recursopúblico. 3. As estimativas de contratação não devem estar limitadas ao consumo histórico do produto e, sempre que possível, deve serobservada a estimação da utilização provável, em cumprimento art. 15, § 7º, II, da Lei n. 8.666/93, e art. 5º, V, e art. 6º, III, doDecreto Estadual 15.524/2020.4. Conforme previsão do art. 12, VII, da Lei n. 14.133/2021, deve ser implantado o Plano de Contratações Anual - PCA nos anossubsequentes à 2022.5. Constatado na auditoria de conformidade, que teve por escopo verificar os procedimentos de elaboração de Estudo TécnicoPreliminar e de Termo de Referência das contratações, o empenho e o comprometimento do órgão em satisfazer asdeterminações contidas nas normas que regem a matéria, zelando pela economia e eficiência, é declarada a regularidade dosprocedimentos administrativos praticados, apesar das falhas quanto à não implementação total do Plano de Contratações Anuale à realização, em regra, das estimativas de compra/demanda sobre o consumo histórico de determinado produto, para as quaisé suficiente a recomendação aos ordenadores de despesas atuais
>
> (TCE-MS - AUDITORIA: 139172021 MS 2142666, Relator: WALDIR NEVES BARBOSA, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 3378, de 24/03/2023)

Também se reconhece que as estimativas não devem se limitar ao consumo histórico, devendo considerar, quando possível, a utilização provável e a evolução da demanda.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

No material em análise, há termo de referência e comunicações administrativas que apontam a necessidade de continuidade dos serviços. Entretanto, deve ser verificado se existe estudo técnico preliminar formalmente elaborado ou, caso sua dispensa seja admitida pelo regulamento aplicável, se há justificativa específica para sua não elaboração.

A ausência de planejamento técnico suficiente pode produzir uma contratação formalmente documentada, mas materialmente deficiente, sobretudo porque o objeto envolve elevada quantidade de enlaces, requisitos de disponibilidade e possível dependência tecnológica da Administração.

D. Termo de referência e definição do objeto

O termo de referência deve apresentar descrição clara, precisa e suficiente do objeto, evitando especificações genéricas ou direcionadas.

No caso concreto, a descrição aparentemente contém elementos técnicos relevantes: velocidade de 2 Gbps, simetria, garantia integral da banda, bloco IPv4 público, suporte técnico e atendimento de 53 enlaces. Esses dados são positivos, mas devem ser acompanhados de parâmetros objetivos de execução, medição e aceite.

É recomendável que a minuta contratual e o termo de referência estabeleçam, de modo detalhado:

a) disponibilidade mínima mensal do serviço;
b) forma de aferição da disponibilidade;
c) quantidade e localização dos pontos de atendimento;
d) prazo para instalação ou ativação;
e) prazo para correção de falhas;
f) níveis de serviço;

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

g) penalidades por indisponibilidade;
h) forma de medição mensal;
i) critérios de glosa;
j) obrigação de fornecimento de relatórios;
k) procedimento de abertura e encerramento de chamados;
l) responsabilidade por equipamentos;
m) tratamento de interrupções programadas;
n) manutenção preventiva e corretiva;
o) plano de contingência;
p) possibilidade ou não de subcontratação;
q) regras para encerramento e transição do serviço.

A ausência desses elementos pode dificultar a fiscalização e permitir que o contratado seja remunerado sem demonstração objetiva do cumprimento da obrigação.

E. Pesquisa de preços e justificativa do valor

A Administração deve demonstrar que o valor global de R$ 64.999,92 é compatível com os preços praticados no mercado.

A mera reunião de orçamentos não é suficiente se os documentos não permitirem identificar:

a) quais empresas foram consultadas;
b) quais especificações foram encaminhadas;
c) se todas cotaram exatamente o mesmo objeto;
d) se os valores abrangem os 53 enlaces;
e) se incluem instalação, manutenção, suporte, equipamentos e tributos;
f) a data das cotações;

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

g) a validade das propostas;
h) a metodologia de comparação;
i) a existência de preços discrepantes;
j) a justificativa para escolha da proposta vencedora.

A orientação de controle enfatiza a necessidade de combinar fontes públicas e privadas, aplicar metodologia estatística adequada e documentar as fontes, os critérios e o tratamento dos valores atípicos. Nesse sentido:

> EMENTA: CONTROLE PRÉVIO. PREGÃO ELETRÔNICO. GERENCIAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS. IRREGULARIDADES GRAVES NA FASE PREPARATÓRIA. INVIABILIDADE DO MODELO DE GESTÃO ("QUARTEIRIZAÇÃO"). PESQUISA DE PREÇOS DEFICIENTE. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALOR SEM FUNDAMENTAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA MEDIDA CAUTELAR. DECLARAÇÃO DE IRREGULARIDADE. DETERMINAÇÃO DE ANULAÇÃO DO CERTAME. RECOMENDAÇÕES. 1. A adoção do modelo de quarteirização no caso afronta os princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência e da competitividade. 2. A pesquisa de preços limitada a três fornecedores, sem consulta a bases públicas e contratações similares, e sem tratamento estatístico dos dados, compromete a robustez do valor estimado e a vantajosidade do certame, em desacordo com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021. 3. A ausência de metodologia clara e de memórias de cálculo para justificar os quantitativos e o valor estimado da contratação viola o art. 18, §1º, IV e VI, da Lei nº 14.133/2021 e os princípios da legalidade, da motivação, da transparência e da busca pela proposta mais vantajosa. 4. É declarada a irregularidade do pregão eletrônico, por vício insanável em sua fase preparatória, consubstanciado na ausência de fundamentação técnica para a definição dos quantitativos e na consequente arbitrariedade da estimativa de valor. 5. Determina-se ao responsável a anulação do certame, com fundamento no art. 154, II, da Resolução Normativa

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> TCE/MS n. 157/2022, pelos vícios que não admitem saneamento. 6. Recomenda-se ao gestor que, em futuras contratações, estruture a disputa para fomentar a competição direta sobre os preços dos itens, realize pesquisa de preços com fontes públicas e privadas, elabore memórias de cálculo detalhadas para os quantitativos e integre ao planejamento logístico mecanismos de controle e rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente. 7. Confirmação integral da decisão liminar, que determinou a suspensão do certame. Irregularidade o pregão eletrônico. Determinação de anulação do certame, com fixação do prazo para comprovação. Recomendação. (TCE-MS 00000000000003282025, Data de Julgamento: 19/11/2025)

É especialmente importante verificar se houve pesquisa em bases públicas, contratos similares de outros Municípios, atas de registro de preços, painéis oficiais ou contratações recentes de objetos equivalentes. A consulta exclusiva a fornecedores previamente conhecidos pode fragilizar a demonstração da vantajosidade.

Também deve ser afastada qualquer possibilidade de direcionamento da contratação mediante especificações excessivamente particulares, sem justificativa técnica. Se somente a Net Way puder atender aos requisitos, a Administração deverá explicar por que isso ocorre e demonstrar que não houve elaboração do objeto com características desnecessariamente restritivas.

F. Razão da escolha da empresa Net Way Mato Grosso Ltda.

O art. 72 exige a demonstração da razão da escolha do contratado. Essa exigência não se confunde com a simples existência de uma proposta de menor preço. A Administração deve explicar por que a empresa escolhida é capaz de executar o objeto e por que sua proposta é a mais vantajosa dentro das condições efetivamente comparáveis.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

No caso, a escolha da Net Way parece estar relacionada à aquisição de carteira de clientes e à continuidade dos serviços anteriormente prestados pela Agile. Essa circunstância pode explicar a transição operacional, mas não substitui a necessidade de fundamentação jurídica e econômica.

Deve ser esclarecido se:

1) a Net Way assumiu efetivamente a infraestrutura necessária;
2) houve transferência dos ativos, equipamentos, enlaces e autorizações;
3) a empresa possui capacidade técnica própria;
4) os contratos anteriores permitiam cessão, transferência ou sub-rogação;
5) a Administração anuiu previamente à alteração;
6) houve comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;
7) os preços permaneceram vantajosos;
8) a substituição da empresa preserva as condições originais;
9) a nova contratada assumiu integralmente todas as obrigações e responsabilidades.

A aquisição de carteira de clientes, por si só, não autoriza automaticamente a substituição do contratado em contrato administrativo. O vínculo administrativo é firmado com determinada pessoa jurídica após avaliação de sua capacidade, habilitação e proposta. A alteração do sujeito contratado deve ser formalizada, motivada e juridicamente compatível com o regime da contratação pública.

G. Sub-rogação, cessão e alteração subjetiva do contrato

Este é o principal ponto de atenção do procedimento.O processo registra pedido de transferência de titularidade ou sub-rogação dos contratos

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

anteriormente mantidos com a Agile para a Net Way. A questão não pode ser tratada como simples alteração cadastral ou comercial.

A Lei nº 14.133/2021 disciplina as alterações contratuais e exige justificativa para as modificações. O art. 124 trata das hipóteses de alteração contratual, especialmente alterações quantitativas, adequações técnicas, mudança do regime de execução e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Embora a norma admita determinadas alterações, não se extrai daí autorização genérica para substituição livre do contratado. A alteração subjetiva pode afetar a própria competição que precedeu a contratação e permitir que uma empresa não submetida originalmente à seleção administrativa passe a ocupar a posição contratual de outra.

O TCU possui orientação severa quanto à sub-rogação da figura da contratada e à divisão das responsabilidades assumidas, considerando problemática a substituição sem base jurídica suficiente, por possível violação dos princípios da moralidade, eficiência, supremacia do interesse público e dever de licitar. Vejamos:

> TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. IMPUGNAÇÃO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS. NÃO COMPROVAÇÃO DA REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. SUB-ROGAÇÃO DO OBJETO AJUSTADO. REVELIA. IRREGULARIDADE DAS CONTAS DO RESPONSÁVEL. DÉBITO E MULTA. 1. O dever de reparar o dano decorre da obrigação pessoal de comprovar, mediante prestação de contas, a regular aplicação dos recursos públicos que estiveram à mercê das decisões dos responsáveis, por força dos artigos 70, parágrafo único, e 71, inciso II, parte final, da Constituição da Republica de 1988. 2. A comprovação da execução do objeto deve ser acompanhada da demonstração de compatibilidade entre os recursos públicos

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> envolvidos e os gastos efetuados, evidenciando o nexo de causalidade entre a verba federal e as despesas feitas. 3. É pacífico o entendimento firmado por esta Corte, consoante Decisão n. 420/2002, de que "em contratos administrativos, é ilegal e inconstitucional a sub-rogação da figura da contratada ou a divisão das responsabilidades por ela assumidas, ainda que de forma solidária, por contrariar os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), o princípio da supremacia do interesse público, o dever geral de licitar (art. 37, XXI, da Constituição) e os arts. 2º, 72 e 78, inciso VI, da Lei 8.666/93
>
> (TCU 02911220133, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 20/10/2015)

Em situação envolvendo contrato administrativo de prestação de serviços de infraestrutura de rede, o TJ-RJ também assentou que não é possível alterar unilateralmente o sujeito passivo do contrato ou seu objeto sem a devida formalização, não bastando a ciência do ente público quanto à prestação do serviço por terceiro. Vejamos:

> APELAÇÃO CÍVEL. Direito Administrativo. Ação monitória. Pretensão ajuizada contra empresa de natureza privada - REBOCAR REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS EIRELI e DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO. Débito advindo de inadimplemento de contrato de prestação de serviços de infraestrutura de rede de internet para realização de leilões públicos de veículos apreendidos pela 1ª ré, com quem a empresa autora firmara o referido contrato. Ausente comprovação nos autos de existência de relação jurídica contratual entre a autora e a autarquia pública. Contrato administrativo firmado tão somente entre a autarquia ré a 1ª ré, sendo incabível a alteração unilateral do sujeito passivo da avença ou de seu objeto sem sua devida formalização, o que implicaria em violação aos princípios da ilegalidade e impessoalidade e até eficiência da administração pública. Eventual ciência do ente público quanto à prestação do serviço pela parte autora não tem o condão de promover alteração subjetiva do contrato

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> administrativo por esta firmado com ente público. Reforma parcial da sentença. Extinção do processo sem julgamento do mérito, em relação ao 2º réu, DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DETRO, diante de sua ilegitimidade passiva ad causam, revertendo em relação a ele os ônus sucumbências, fixando honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa. PROVIMENTO DO APELO.
>
> (TJ-RJ - APELAÇÃO: 01497998020218190001, Relator: Des(a). MARGARET DE OLIVAES VALLE DOS SANTOS, Data de Julgamento: 22/08/2024, OITAVA CAMARA DE DIREITO PUBLICO, Data de Publicação: 23/08/2024)

O TJ-MT, por sua vez, reconheceu que cessões e sub-rogações realizadas sem o cumprimento dos requisitos legais podem conduzir à anulação do contrato administrativo. Vejamos:

> EMENTA REMESSA NECESSÁRIA – RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CONTRATO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL – CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES – ILEGALIDADES – VERIFICADAS – ANULAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO – CONFIRMADA – INTROMISSÃO JUDICIAL NO MÉRITO ADMINISTRATIVO – NÃO VERIFICADA – ASTREINTES – MANUTENÇÃO – RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS – SENTENÇA RATIFICADA. 1. Prejudicial de prescrição afastada e preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 2. Extinção por anulação de contrato de concessão em razão de vícios na cessão dos direitos a terceiros (cessão e sub-rogação), por ausência de cumprimento dos requisitos legais, bem como pela prorrogação ilegal do contrato, por prazo superior ao estipulado na lei. 3. Tratando-se de circunstâncias fáticas ensejadoras de vícios decorrentes de atos ilícitos, não há dúvidas de se estar diante de anulação contratual e não rescisão por mero inadimplemento. 4. Sendo caso de incompatibilidade legal dos atos administrativos relacionados à concessão, não se trata de intromissão judicial no mérito administrativo, mas sim de revisão de atos tidos por ilegais. 5.

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

> Astreintes proporcionais, razoáveis e suficientes compelir a parte a cumprir a imposta pelo ato judicial. Multa mantida. 6. Recursos conhecidos e não providos. 7. Sentença ratificada.
>
> (TJ-MT 00167035120108110041 MT, Relator: ANTONIO VELOSO PELEJA JUNIOR, Data de Julgamento: 16/08/2022, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 23/08/2022)

Esses precedentes não permitem concluir automaticamente que toda transferência empresarial seja inválida, mas demonstram que o tema exige cautela elevada.

No caso analisado, a Administração deverá esclarecer se está diante de:

a) uma nova contratação direta com a Net Way; ou
b) uma alteração subjetiva de contratos anteriores; ou
c) uma cessão de posição contratual; ou
d) uma sucessão empresarial decorrente de operação societária juridicamente comprovada.

A distinção é fundamental.

Se for uma nova contratação, a Administração deverá instruir o procedimento com todos os documentos exigidos para a contratação direta e justificar a escolha da Net Way, sem presumir que a continuidade dos serviços autorize sua contratação automática.

Se for alteração de contrato anterior, deverá ser demonstrada a existência de cláusula permissiva, a compatibilidade com a Lei nº 14.133/2021, a manutenção da capacidade técnica e econômico-financeira, a inexistência de prejuízo à Administração e a completa assunção das obrigações pela sucessora.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

Se houver apenas cessão de carteira comercial, sem transferência comprovada dos contratos, ativos, autorizações e responsabilidades, a operação privada não será suficiente para modificar o vínculo administrativo.

H. Habilitação e qualificação da contratada

O processo de contratação direta deve conter comprovação de que a empresa contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

Devem ser verificadas, entre outras, as seguintes condições:

a) existência e regularidade jurídica da empresa;
b) inscrição no CNPJ;
c) poderes de representação do signatário;
d) regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
e) regularidade perante o FGTS;
f) regularidade trabalhista;
g) inexistência de impedimento ou declaração de inidoneidade;
h) qualificação econômico-financeira, quando exigida;
i) qualificação técnica compatível com o objeto;
j) autorização ou habilitação perante órgãos reguladores, quando aplicável;
k) capacidade de atendimento simultâneo dos 53 enlaces;
l) comprovação de experiência anterior;
m) disponibilidade de equipe e suporte técnico.

É necessário conferir se a empresa possui efetiva capacidade para prestar serviço de telecomunicações e conectividade nos moldes contratados, inclusive quanto à infraestrutura, rede, suporte e capacidade de resposta.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

A aquisição de carteira de clientes não substitui a comprovação documental da capacidade da nova empresa. Também não basta a apresentação de documentos pertencentes à empresa cedente.

I. Minuta contratual e cláusulas essenciais

O contrato administrativo deve conter cláusulas sobre o objeto, o preço, as condições de pagamento, os prazos, o regime de execução, a fiscalização, as penalidades, as responsabilidades, a manutenção da habilitação, o modelo de gestão e as hipóteses de extinção.

Para serviços continuados, a minuta deve estabelecer também o critério de reajustamento, a data-base, o índice aplicável e a periodicidade correspondente.

É importante verificar se a minuta examinada contém:

a) vinculação ao termo de referência;
b) identificação precisa dos 53 enlaces;
c) preço mensal e preço global;
d) previsão de reajuste;
e) prazo de vigência;
f) condições de renovação ou prorrogação;
g) obrigações da contratada;
h) obrigações do Município;
i) critérios de fiscalização;
j) sanções;
k) regras para indisponibilidade;
l) proteção de dados;
m) confidencialidade;
n) propriedade e devolução de equipamentos;
o) vedação ou disciplina da cessão;

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

p) hipóteses de extinção;
q) foro competente.

A ausência de cláusula específica sobre cessão, transferência ou subcontratação é particularmente relevante diante da circunstância empresarial registrada no processo.

J. Fiscalização e gestão do contrato

A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou fiscais especialmente designados. O fiscal deve registrar as ocorrências, determinar correções e comunicar aos superiores as situações que ultrapassem sua competência.

A existência de servidora identificada como fiscal de contratos é providência positiva, mas deve ser confirmada a existência de ato formal de designação para este contrato específico, com definição de substituto e atribuições.

No serviço de internet, a fiscalização não pode limitar-se ao atesto genérico da nota fiscal. Deve haver controle objetivo de disponibilidade, velocidade, latência, perdas, interrupções, chamados, tempo de reparo e cumprimento dos níveis de serviço.

O pagamento mensal deve estar vinculado à comprovação de que o serviço foi efetivamente prestado e de que eventuais indisponibilidades foram consideradas para fins de glosa ou aplicação de penalidade.

K. Dotação orçamentária

Consta parecer contábil indicando

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

disponibilidade orçamentária. Esse documento atende, em princípio, à necessidade de demonstrar a compatibilidade da despesa com os recursos disponíveis.

L. Publicidade e eficácia

O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deve ser divulgado e mantido em sítio eletrônico oficial.

Além disso, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos. Para contratação direta, a publicação deve ocorrer no prazo de 10 dias úteis contados da assinatura.

Assim, a contratação não deve ser considerada plenamente eficaz apenas com a assinatura do instrumento. É indispensável comprovar a publicação no PNCP e no sítio oficial do Município, observadas as exigências de transparência.

M. Continuidade do serviço e risco de contratação emergencial disfarçada

As comunicações internas demonstram preocupação com o término de contratos anteriores e com a continuidade dos serviços. Essa preocupação é legítima, pois a interrupção da conectividade pode comprometer atividades administrativas essenciais.

Entretanto, a proximidade do vencimento de contratos não transforma automaticamente a contratação em emergencial nem autoriza a dispensa sem observância dos requisitos legais. A Administração deve demonstrar que

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

planejou a contratação com antecedência e que a dispensa por valor não está sendo utilizada para suprir falha de planejamento.

A continuidade do serviço pode justificar a prioridade administrativa, mas não elimina a necessidade de verificar o enquadramento legal, a vantajosidade, a competição possível e a regularidade da escolha da contratada.

N. Conclusão quanto à regularidade

Com base nos documentos identificados e nas fontes jurídicas consultadas, não é possível certificar, neste momento, a plena regularidade formal e material do procedimento.

Há elementos favoráveis à tramitação, tais como a identificação da necessidade administrativa, a elaboração de termo de referência, a existência de pesquisa de preços, a manifestação contábil, a autorização da autoridade competente e o encaminhamento para parecer jurídico.

Entretanto, permanecem pontos relevantes que impedem uma conclusão positiva sem ressalvas:

a) ausência de confirmação do limite atualizado de dispensa aplicável ao exercício de 2026;
b) necessidade de verificar o somatório das despesas com objetos do mesmo ramo de atividade;
c) necessidade de comprovar planejamento suficiente;
d) necessidade de conferir a metodologia da pesquisa de preços;
e) necessidade de justificar expressamente a escolha da Net Way;
f) necessidade de comprovar a habilitação e a capacidade técnica da empresa;
g) necessidade de esclarecer juridicamente a sub-rogação ou alteração subjetiva;

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

h) necessidade de verificar a validade dos contratos anteriores e das autorizações de transferência;
i) necessidade de confirmar a designação formal do fiscal;
j) necessidade de conferir as cláusulas essenciais da minuta;
k) necessidade de comprovar a publicidade no PNCP após a assinatura;
l) necessidade de formalizar a correção do erro documental ocorrido no processo anterior.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela impossibilidade de aprovação definitiva do procedimento no estado atual, recomendando o retorno dos autos ao setor competente para saneamento e complementação da instrução.

A contratação somente poderá ser considerada formal e materialmente regular após a comprovação cumulativa de que:

a) o valor global se enquadra no limite atualizado da dispensa por valor vigente em 2026;
b) não houve fracionamento indevido da despesa nem contratação de objetos da mesma natureza que, somados, ultrapassem o limite legal;
c) o processo contém planejamento suficiente, com justificativa técnica da demanda, quantitativos, solução escolhida e riscos envolvidos;
d) a pesquisa de preços é idônea, comparável e suficiente para demonstrar a vantajosidade;
e) a Net Way Mato Grosso Ltda. foi escolhida mediante motivação concreta, não apenas em razão da aquisição da carteira de clientes;
f) a empresa possui habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica compatível com a execução do objeto;

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

g) a transferência da posição contratual, caso exista, encontra respaldo jurídico, foi formalmente autorizada e não representa mera substituição informal da contratada;
h) a minuta contém todas as cláusulas necessárias, especialmente as relativas a níveis de serviço, fiscalização, penalidades, reajuste, cessão, subcontratação, continuidade e extinção;
i) o fiscal e eventual substituto foram formalmente designados;
j) o ato de contratação e o contrato serão divulgados no sítio oficial e no PNCP dentro do prazo legal.

Portanto, a conclusão mais segura é de que o procedimento apresenta regularidade parcial quanto à formação inicial dos autos, mas permanece formalmente incompleto e materialmente condicionado, sobretudo em razão do enquadramento no limite de dispensa e da transferência da contratação da Agile para a Net Way.

Caso essas diligências sejam satisfeitas e não seja constatado impedimento quanto ao limite legal, à soma das despesas ou à alteração subjetiva, poderá ser reconhecida a regularidade da contratação direta. Se, contudo, o valor exceder o limite vigente ou se a sub-rogação não possuir fundamento jurídico suficiente, a contratação deverá ser reformulada, inclusive com avaliação da necessidade de realização de procedimento competitivo.

É o parecer.

Campos de Júlio-MT, 27 de agosto de 2026.

João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias
Procurador Jurídico do Município de Campos de Júlio-MT
OAB Nº 28.620-O/MT
Matrícula funcional n° 2743

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

Portaria 139/2025

Assinado por 1 pessoa: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB4134965 91B3027B

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Parecer n 79-2026 - Processo n 2533-2026 - Dispensa de licitação - Serviço

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JOAO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS em 27/08/2026 10:34:20
CPF:***.***-.791-10
Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/CCF7C8C507F74ABCB413496591B3027B

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Procuradoria Geral (Organograma), Gerência de Contratações Públicas (Organograma), Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 01 de setembro de 2026 às 15:09

Segue em anexo demonstrativo das despesas similares no exercício 2026.

Anexo(s)
RELAÇÃO DE SALDOS DE LICITAÇÕES.pdf
RESUMO DE LANÇAMENTOS DE LICITAÇÕES.pdf

RELAÇÃO DE SALDOS DE LICITAÇÕES

Nº Proc. Licitatório : 000091/26 **Modalidade :** DISPENSA **Nº Modalidade Licit. :** 15 **Proc. Administrativo :**

Objeto / Descrição : Contratação de Serviços de link de internet dedicada

Fornecedor / Proponente : **5135 - NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA.**

Centro de Custo : 28 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Item	Cód. Produto	Descrição / Marca / Motivo	Unid.	Qtde / Controle de Saldo Por	Valor Unitário	Valor Total	Qtde. Sol.	Qtde. Ped.	Qtde. Saldo / Vlr. Saldo	Vlr. Saldo Total
1	048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GB 	MÊS	12 Quantidade	5.416,66	64.999,92	0	0	12 0,00	64.999,92

Total : **64.999,92** **Saldo Total:** **64.999,92**

RESUMO DE LANÇAMENTOS DE LICITAÇÕES

Exercício: 2026
Agrupado por Data

Data: 2026-08-24 00:00:00.0000

Cód. Produto	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Total
048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GBPS SIMÉTRICOS COM MÊS		12	64.999,92
Total				64.999,92
Total	Data: 2026-08-24 00:00:00.0000			64.999,92
TOTAL GERAL				**64.999,92**

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Procuradoria Geral (Organograma), Gerência de Contratações Públicas (Organograma), Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 01 de setembro de 2026 às 15:33

Segue para assinaturas:

- Ratificação
- Termo de Adjudicação
- Termo de Homologação

Anexo(s)
Ratificação.pdf
Termo de adjudicação.pdf
Termo de homologação.pdf

RATIFICAÇÃO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº 091/2026

Dispensa de Licitação nº 15/2026

Por meio do presente, RATIFICO a AUTORIZAÇÃO para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de link de internet dedicado de 2 Gbps (2.000 Mbps), simétrico, visando atender as demandas de conectividade do Município de Campos de Júlio/MT.

Proponente/contratada: NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ nº 01.909.379/0001-10.

Valor global: R$ 64.999,92

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

Campos de Júlio - MT, 01/09/2026.

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FAE00A7A042C4266A7E9E8672A41F99A

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
FAE00A7A042C4266A7E9E8672A41F99A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 01/09/2026 15:54:21
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FAE00A7A042C4266A7E9E8672A41F99A

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT

DISPENSA
0015/2026

Processo Licitatório: 000091/26
Data do Processo: 24/08/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 000091/26
b) Licitação Nº: 015/2026
c) Modalidade: DISPENSA
d) Data Homologação: 01/09/2026
e) Objeto da Licitação: Contratação de Serviços de link de internet dedicada

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	Descrição do Item Proponente / Fornecedor	Unidade Classificação	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GBPS SIMÉTRICOS COM IP PÚBLICO E SUPORTE 24X7	MÊS	12		
	NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA.	Vencedor		5.416,66	64.999,92
	Total Geral				64.999,92

Item	5135 Código	NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA. CNPJ: 01.909.379/0001-10 Rua Comandante Costa, 1.144, Sala 05, 1144 SALA 05 - CENTRO, CUIABA - MT, CEP: 78020-400 Telefone: (69)3451-6665 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GBPS SIMÉTRICOS COM IP PÚBLICO E SUPORTE 24X7	MÊS	12	5.416,66	64.999,92
		Total do Proponente				64.999,92

TOTAL GERAL: 64.999,92

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
76	2026	020301	04.122.0002.2009.0000	3.3.90.39.58.00	1.1.500	64.999,92	836.513,62	770.813,70

Campos de Júlio, Em 01/09/2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/972ACBA0E1B74D86BEFCE46D0EC21DAC

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
972ACBA0E1B74D86BEFCE46D0EC21DAC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 01/09/2026 15:54:40
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/972ACBA0E1B74D86BEFCE46D0EC21DAC

ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO CNPJ:01.614.516/0001-99 AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT	**DISPENSA** 0015/2026 Processo Licitatório: 000091/26 Data do Processo: 24/08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos :

Processo Nº.: 000091/26

Licitação Nº.: 0015/2026

Modalidade: DISPENSA

Data Homologação: 01/09/2026

Objeto da Licitação: Contratação de Serviços de link de internet dedicada

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	5135 Código	NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA. CNPJ: 01.909.379/0001-10 Rua Comandante Costa, 1.144, Sala 05, 1144 SALA 05 - CENTRO, CUIABA - MT, CEP: 78020-400 Telefone: (69)3451-6665 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	048.005.001	ASSINATURA DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 2 GBPS SIMÉTRICOS COM IP PÚBLICO E SUPORTE 24X7 Total do Proponente	MÊS	12	5.416,66	64.999,92 64.999,92

TOTAL GERAL: 64.999,92

NET WAY CUIABA TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA.. Perfazendo o valor total de R$ 64.999,92 (sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 64.999,92 (sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Campos de Júlio, Em 01/09/2026

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 2533/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FB635F5B9B5C4C81AF2B0D17A7B6B49F

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
FB635F5B9B5C4C81AF2B0D17A7B6B49F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 01/09/2026 15:55:19
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FB635F5B9B5C4C81AF2B0D17A7B6B49F

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Wilma (Interno)

Data: 02 de setembro de 2026 às 08:02

Encaminho processo para envio de carga Aplic. D.L. 015/2026 processo licitatório 091/2026.

Anexo(s)

Publicação aviso de dispensa nº 015.2026.pdf

Detalhe: **1001000**

Recurso **Orçamentário**: **08.001.12.361.0005.21014.3.1.90.04.00.1.500.1001000**

DA VIGÊNCIA: **01/09/2026 à 01/09/2027**

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/CONTRATANTE e **GUILHERME SIQUEIRA DUARTE** CONTRATADO.

Andréia Vitório Diniz

Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 146/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 146/2026 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 2.455, DE 11 DE MAIO DE 2026.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de **AE Assistente Educacional**, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026

DO VALOR: Valor mensal de **R$: 2.459,17 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos),**

Dotação 677

Órgão: **08** -Secretaria Municipal de Educação

Unidade: **01** Departamento de Educação

Função: **12**- Educação

Subfunção: **361**- Ensino Fundamental

Programa: **0005** – Gestão Administrativa

Projeto/Atividade: **21014**

Categoria Econômica: **3.1.90.04.00**

Grupo: **1**

Código: **500**

Detalhe: **1001000**

Recurso **Orçamentário**: **08.001.12.361.0005.21014.3.1.90.04.00.1.500.1001000**

DA VIGÊNCIA: **01/09/2026 à 01/09/2027**

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/CONTRATANTE e **ANA VITORIA LUIZ BARBOSA** CONTRATADO.

Andréia Vitório Diniz

Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT

PORTARIA Nº. 198, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 40, inciso I da Lei Complementar nº. 12, de 02 de abril de 2025,*

CONSIDERANDO *a solicitação da servidora autuado sob nº. 5964/2026, de 01 de setembro de 2026,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **ANDRELINA SIQUEIRA DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob nº. 002.***.***-43, do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, nomeada através da Portaria nº. 290, de 13 de junho de 2017.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 290, de 13 de junho de 2017, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 41, nos termos do inciso I da Lei Complementar nº. 12, de 02 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

O Município de Campos de Júlio – MT torna público, a quem possa interessar, que a contratação direta abaixo descrita foi autorizada e ratificada pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme despacho exarado no processo respectivo.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de link de internet dedicado de 2 Gbps (2.000 Mbps), simétrico, com garantia de 100% da banda contratada, bloco IPv4 público /28, entrega em interface Ethernet 10GbE ou superior, SLA mínimo de disponibilidade de 99,9%, monitoramento e suporte técnico 24x7, incluindo manutenção dos circuitos ativos e transporte Ethernet em Camada 2 (LAN-to-LAN) de 53 enlaces, pelo período de 12 meses, para suprir as demandas de conectividade do Município de Campos de Júlio/MT.

Proponente/contratada: NET WAY MATO GROSSO LTDA, CNPJ nº 01.909.379/0001-10.

Valor global: R$ 64.999,92

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

Vinculação: Processo Licitatório nº 091/2026.

Campos de Júlio - MT, 01 de setembro de 2026.

Nadia Talal Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 95/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMADRH - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 751, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 751, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

EXONERA A SERVIDORA ALAENE FRANCISCA FERNANDES COSTA DO CARGO DE GERENTE DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 01 de Setembro do corrente

FlowDocs: 2533 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Publicação aviso de dispensa nº 015.2026.pdf (1/1) 170/170